

Os impactos da epidemia na economia alagoana

Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de março a junho de 2020

Prof. Dr. Cícero Péricles de Carvalho
cicerocarvalho@uol.com.br



FEAC
FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Os impactos da epidemia na economia alagoana

Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de março a junho de 2020¹

A “**aparente normalidade**”. Sustentada pela renda pública e pela rede de financiamento, ampliada fortemente no período de março a junho, a economia alagoana funciona, mas com deficiências e limites em suas atividades. Nestes noventa dias, as empresas de dois setores da economia, que representam 30% do PIB estadual, a agropecuária (com 18%) e a indústria (com 12%, incluindo a construção civil), quase não apresentaram interrupções. Nos dois setores mais afetados – comércio e serviços, incluindo a administração –, que participam com 70% no PIB de Alagoas, vários de seus segmentos “essenciais” puderam funcionar plenamente; outros, considerados não-essenciais, foram suspensos, mas buscaram se adaptar à nova realidade de limites e restrições: o comércio passou a utilizar mais o e-commerce e o delivery, aprendendo a vender pela internet; e, no varejo e setor de serviços dos bairros populares foi desenvolvida, com sucesso, a estratégia da “meia porta aberta”; ao mesmo tempo a população que tinha direito ao auxílio emergencial se inscreveu para receber esse benefício e as empresas foram aos bancos em busca das linhas especiais de crédito.

Alguns segmentos e parte das empresas, principalmente as micro e pequenas, buscaram maneiras alternativas de fazer negócios no momento da pandemia e do isolamento social, que levaram à adaptação dos estabelecimentos e de seus produtos a essa realidade. As formas costumam ser muito criativas, utilizando todas as inovações tecnológicas advindas da rede internet. Os escritórios e a administração

¹ Sugestões complementares de leitura sobre a economia alagoana dos anos recentes: o livro *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas* (8ª e. Edufal, 2019) e o artigo *Alagoas: 2000-2018*, publicado na *Revista Conjuntura Econômica*, do BNB (Edição especial, 2019): https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_22AL.pdf/384f0ca5-99c4-5d6e-835d-c7b4f1e2b525

pública estão apelando para o home-office, para o teletrabalho, com seus funcionários exercendo as atividades regulares a partir da própria residência; a rede privada de ensino – básico e superior – assumiu a forma EAD; o comércio tradicional – lojas, farmácias, mercados e restaurantes – está utilizando os aplicativos, criando promoções, o e-commerce do marketing com o uso intensivo das redes sociais e novas formas eletrônicas de pagamento; de delivery em parcerias com motoristas de táxi, de Uber, incorporando motos e bicicletas, que fazem funcionar os serviços de entrega para a rede de restaurante e de lojas comerciais, beneficiárias do sistema “pague e leve”; o varejo popular utiliza a estratégia quase informal, atendendo à clientela da vizinhança, das ruas próximas do bairro, de maneira quase artesanal. Gradativamente, esses setores foram encontrando fórmulas que permitem aliviar o caixa e tocar seus negócios, quebrando o isolamento social e os limites legais de funcionamento.

Apesar das notícias de dificuldades reais, a maioria das empresas está realizando o planejamento mínimo, aquele que permite pagar as suas despesas inadiáveis, como aluguel, telefone, água, energia e internet. Estão, também, renegociando prazos e valores com os bancos e fornecedores, obrigando-se a uma nova postura negociadora. Os pacotes tributários – municipais, estaduais e federais – permitem fazer o adiamento de pagamentos de impostos, que não é isenção, mas uma dívida protelada, a ser paga nos meses finais do segundo semestre. A oferta de crédito bancário para capital de giro e investimento também existe, mas a demanda está baixa, muito aquém do esperado. No tocante ao subsídio para a manutenção dos postos de trabalho, esse dinheiro está sendo realizado de maneira ampla, os empresários, médios, pequenos e micro estão acessando esse recurso, renegociando a folha de pessoal, reduzindo a jornada de trabalho, garantindo assim o emprego. A “*aparente normalidade*” está sendo sustentada pelas várias medidas emergenciais aprovadas no Congresso Nacional e postas em prática pela rede financeira federal. Esse é o traço mais importante da conjuntura econômica estadual nos meses de pandemia

O isolamento social. No dia 20 de março, acompanhando as decisões simultâneas tomadas em vários estados e no âmbito federal, o governo do Estado de Alagoas publicou o Decreto Emergencial n. 69.541, declarando “situação de emergência na saúde”, suspendendo todas as atividades econômicas consideradas não-essenciais. O objetivo era o de alcançar um elevado nível de isolamento social, como o único mecanismo possível para controlar a contaminação massiva e evitar que a epidemia colapsasse a rede hospitalar

privada e o sistema público de saúde existentes em Alagoas². No mesmo dia, em outro decreto (n. 69.531), o governo criou o *Comitê de Gerenciamento de Impactos Econômicos da Crise* com a presença de vários secretários de Estado, mais a representação empresarial e política do estado (Assembleia). Desde 20 de março, o decreto emergencial foi renovado por oito vezes em: 28/03, 06/04, 19/04, 05/05, 19/05, 31/05, 10/06 e 22/06.

A decisão sobre o isolamento social, decorrente da crise sanitária, de forte impacto econômico, não é iniciativa exclusiva estadual ou municipal, mas no âmbito nacional, de todos os estados e municípios, orientada, no plano federal, pelo Ministério da Saúde, nos estados, pelas Secretarias da Saúde e, no âmbito internacional, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). É uma crise na área sanitária, uma epidemia que já infectou mais de um milhão pessoas no país e levou a óbito 52 mil brasileiros. No Nordeste, são 385 mil infectados e 17 mil mortos. Em 23 de junho, registrava em Alagoas mais de 30 mil infectados e 900 mortos³.

Na semana do decreto emergencial, a economia alagoana estava entrando no seu ciclo de menor movimento anual que, tradicionalmente, ocorre entre os meses de março e agosto, quando o período chuvoso influencia o ritmo de vários setores: a) o turismo termina sua alta estação (novembro/fevereiro), entrando nos meses da sua baixa temporada; b) a safra da cana-de-açúcar, que ocorre entre os meses de agosto a março, chega ao seu final, iniciando a entressafra agrícola, com a paralisia do parque industrial; c) a construção civil diminui tanto o ritmo das reformas, conserto e ampliação de imóveis como a entrega de novas obras mais demandadas no final de ano; d) o comércio reduz o seu ritmo, depois de ter realizado as vendas do período natalino (e as promoções de janeiro) e do carnaval, e que, pelas fortes conexões com o setor de serviços, influencia o desempenho deste setor.

Neste período, de março até agosto, o mercado de trabalho alagoano é marcado pela estação chuvosa e pelo ciclo de menor movimento, apresentando sua fase de baixo crescimento, refletida no período por mais desligamentos e menos contratações. Por essas características regionais, provavelmente o impacto na economia teria sido muito maior caso o decreto emergencial tivesse coincidido com os meses anteriores de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, considerados os de maior movimento. A epidemia coincide com os meses de menor dinâmica e, caso se realizem as previsões dos órgãos de saúde sobre a

² DOEAL, n.1287 (20/03/2020)

³ Boletim SESA, n.108 (23/06)

queda na curva epidêmica, a reabertura plena das atividades coincidirá com o período da reação econômica, nos meses de agosto a fevereiro.

Na primeira edição do decreto de estado de emergência, ficou clara a opção pelo isolamento social e a intenção de frear as aglomerações, liberando apenas as atividades consideradas essenciais, como farmácias, supermercados, rede financeira e postos de gasolina. Um processo de negociação foi instituído pelo governo com os representantes dos setores da economia impactados pela crise. Na segunda edição do decreto (28/03), mesmo mantendo a maior parte das proibições inscritas na primeira versão, foram liberadas atividades que permitiram o funcionamento com relativa segurança, de setores como a indústria, lojas de material de construção e as atividades de entrega direta em bares, restaurantes e lojas; e, na quinta prorrogação (05/05), essa lista foi ampliada com livrarias, bancas de revista, papelarias, concessionárias de carros e lojas de tecidos e aviamentos.

A partir de então, manteve-se os mesmos limites, incorporando algumas medidas sanitárias, como o uso obrigatório de máscara. Pelo acordado, se o ritmo de infectados começar a dar sinais de estabilização ou mesmo diminuir, é provável que, no prazo limite da recente prorrogação, no dia 1º de julho, se apresente novidades no novo decreto a ser publicado, e se comece a implementar a liberação de outras atividades; mas, se for ampliado esse ritmo de infectados e mortes, a tendência é a manutenção das medidas de isolamento, como nos casos adotados em algumas cidades nordestinas.

Epidemia e pobreza

A epidemia na economia. Segundo o Boletim da Secretaria da Saúde, a epidemia cobre todo o território de Alagoas, chegando a todos os municípios, do litoral ao sertão. No entanto, tem mostrado diferenças espaciais significativas, como em todas as regiões e estados, correspondendo seus números de infectados e mortos às maiores cidades, capitais principalmente, com maior peso econômico. O Boletim (n. 104) da Secretaria de Saúde informa que quase metade dos infectados e das mortes estão na capital. Isso se deve a uma razão objetiva: Maceió é uma cidade com mais de um milhão de habitantes, com um forte movimento comercial e de serviços nos seus 50 bairros; centralizando os polos de saúde, de educação técnica e superior, financeiro, cultural, de turismo e parte expressiva do parque industrial de Alagoas. Maceió é, também, o centro administrativo e a sede política, concentrando 42% da economia do Estado. Por essas características, a economia da cidade atende sua população, atraindo, também, milhares de pessoas que

trabalham ou estudam na capital, e consumidores dos outros municípios, principalmente os da Região Metropolitana, fortemente vinculados a Maceió, gerando um movimento comercial e de serviços maior que as demais localidades e acarretando mais aglomerações.

O impacto do decreto emergencial tem aspectos diferenciados no conjunto dos municípios alagoanos, correspondendo ao peso demográfico e econômico de cada localidade. Há uma correspondência geral entre o tamanho da população, a presença relativa no PIB e os número de infectados. As duas cidades mais afetadas são Maceió, a capital, seguida de Arapiraca, principal cidade do interior, com mais de 200 mil habitantes. Por isso, ao limitar mais fortemente os setores de comércio e serviços, os efeitos do decreto são mais sentidos nas cidades maiores, nas quais esses setores estão mais presentes. Isso explica que, no mês seguinte ao da assinatura do decreto emergencial do Estado, a Prefeitura de Maceió tenha promulgado o decreto de calamidade pública na capital alagoana, modificando o anterior *status* do decreto que tinha declarado “emergência em saúde pública”, com medidas restritivas ao funcionamento dos setores econômicos na cidade.⁴

Na estrutura municipal alagoana, encontramos um conjunto de onze localidades consideradas sedes meso-regionais, cidades de porte médio, que têm maior movimento comercial e de serviços, polarizando os municípios vizinhos, representando aproximadamente 28% do PIB estadual, formando um bloco cobrindo a segunda maior área de expansão da epidemia, com 21% dos infectados. Nestas doze maiores localidades (Maceió mais as 11 sedes meso-regionais), representando quase 70% da economia estadual, concentram-se 67% dos infectados e das mortes vítimas da epidemia (Ver tabela, pág. 53). No conjunto de seus 102 municípios, Alagoas possui outras 90 cidades menores em termos populacionais e de menor expressão econômica. Todas essas localidades têm notificações de infectados confirmados, mas 23 delas não registram mortes pelo coronavírus e 45 desses municípios registram 1-3 óbitos. Nessas localidades, o isolamento social é naturalmente mais forte pelo número menor de habitantes na área urbana, pela dispersão da população de base rural e pouca necessidade de movimentos geradores de aglomerações. Nestas cidades, em geral, a economia é menos dinâmica, o comércio trabalha muito próximo da clientela, a feira semanal ficou menor, o que tem ajudado no distanciamento social e nos resultados de perdas na epidemia.

⁴ PMM/DOM. (23/04/2020).

A renda dos trabalhadores. A recessão econômica (2015-2016) e os anos de baixo crescimento (2017-2019) penalizaram a economia dos estados nordestinos, ao tempo em que os cortes nos gastos sociais neste período provocaram ainda mais pobreza. A PNAD de 2015 registra 1,1 milhão de famílias residentes em Alagoas; deste universo, 660 mil estão inscritas no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, com destaque para as 400 mil famílias vivendo na extrema pobreza⁵. A situação social da população alagoana é caracterizada pela pobreza da maioria de sua gente e pela desigualdade e, desde 2015, refletindo as dificuldades da economia, há uma tendência de aceleração desses dois fenômenos, que vem sendo registrada desde 2016, como mostrou o documento “Síntese de Indicadores Sociais” do IBGE⁶.

Em 2019, quatro das cinco regiões brasileiras apresentaram redução de desigualdade de renda. A única onde ocorreu o aumento na desigualdade foi justamente o Nordeste. Índice de Gini da região passou de 0,545 para 0,559. Este indicador varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero, mais equilibrada a distribuição de renda entre a população. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020), a forte alta na renda da população 1% mais rica e perdas nos rendimentos na faixa dos 10% mais pobres da Região contribuíram para maior concentração de renda. No Nordeste, a massa do rendimento médio mensal real domiciliar em 2019 alcançou R\$ 60,3 bilhões, com os 10% mais pobres da população acumulando apenas 0,6% deste total; já os 10% mais ricos acumulam 44,4% do total da massa do rendimento médio mensal regional⁷.

Neste quadro, o isolamento social, ao paralisar algumas atividades, acentua essas dificuldades. É um fenômeno nacional, mas em estados pobres como Alagoas tem uma força ainda maior. No período da pandemia e do isolamento social, as atividades produtivas são afetadas, o desemprego aumenta, a queda da renda média atinge os trabalhadores mais pobres e as famílias de baixa renda, fazendo diminuir o consumo e, claro, penalizando os segmentos mais vulneráveis da população. Uma situação que, nestes meses, está sendo parcialmente compensada pelas políticas emergenciais, mas de caráter transitório.

Como em todos os estados nordestinos, a pandemia atingiu a sociedade com suas características de pobreza econômica e social, principalmente os trabalhadores pobres. Duas marcas caracterizam o mundo dos trabalhadores em Alagoas: a informalidade e a subutilização da força de trabalho. São 3,3 milhões de alagoanos residentes, 2,6 milhões

⁵ Ministério da Cidadania (2020).

⁶ IBGE. SIS, 2019.

⁷ BNB (2020b)

são maiores de 14 anos, com idade de trabalhar. A força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) formam um conjunto de 1,2 milhão. Desses, um milhão são os ocupados, 678 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 30 mil empregadores e 274 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos).

Na força de trabalho ampliada (força de trabalho + força de trabalho potencial), 38,2% formam o conjunto dos trabalhadores subutilizados, composto por 199 mil desocupados (trabalhadores que buscam emprego), por 278 mil pessoas que estão na categoria “potencial da força de trabalho” formada, basicamente, por desalentados (trabalhadores que deixaram de procurar emprego) e por mais 88 mil pessoas que, apesar de ocupadas, são subutilizadas por insuficiência de horas trabalhadas.

ALAGOAS: Indicadores para trabalho e rendimento (2020) (mil)

	Jan/Mar/2019	Out/Dez/2019	Jan/Mar/2020
População com + 14 ANOS	2.638	2.622	2.628
Força de Trabalho	1.182	1.172	1.203
Ocupada	993	1.013	1.064
Desocupada	189 (16,0%)	159 (13,6%)	199 (16,6%)
Empregado	688	691	678
Setor privado (s/cart.)	430 (151)	443 (152)	433 (157)
Setor Público (s/cart.)	182 (46)	180 (57)	179 (51)
Domésticos (s/cart.)	76 (59)	67 (52)	65 (50)
Empregador (s/CNPJ)	30 (9)	31 (6)	30 (7)
Conta-própria (s/CNPJ)	261 (228)	273 (238)	274 (238)
Trabalhador Familiar Auxiliar	15	18	22
Informais	493	505	548
Força de trabalho Subutilizada	532 (37,7%)	527 (36,1%)	565 (38,2%)
Desocupados	189	159	199
C/ insuficiência de horas trab.	76	80	88
Potencial (Desalentados)	267 (234)	288 (246)	278 (220)

Fonte: IBGE (Pnad, 2020).

Na força de trabalho, em Alagoas, 548 mil pessoas fazem parte do conjunto dos ocupadas, mas estão na informalidade, sem contrato de trabalho ou, quando autônomos, sem documentação; por outro lado, 565 mil pessoas formam o conjunto dos subutilizados porque estão desempregados, desalentados ou trabalham horas

insuficientes para ser considerado trabalhador pleno. Esse vem sendo um universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem trabalho regular ou garantias sociais.

Como era de se esperar, a renda média do trabalho em Alagoas é mais baixa que a renda média do Brasil e, ainda que levemente, da renda nordestina. Ademais da pouca dinâmica econômica, do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho, o rendimento dos assalariados é empurrado para baixo pela presença de um grande contingente de trabalhadores na informalidade e, principalmente, no conjunto dos “subutilizados”, onde se registra a disponibilidade de meio milhão de pessoas desocupadas ou desalentadas. Mesmo ocupada, a maioria dos trabalhadores sem carteira do setor privado, dos empregados domésticos e conta própria recebe menos de um salário mínimo mensal.

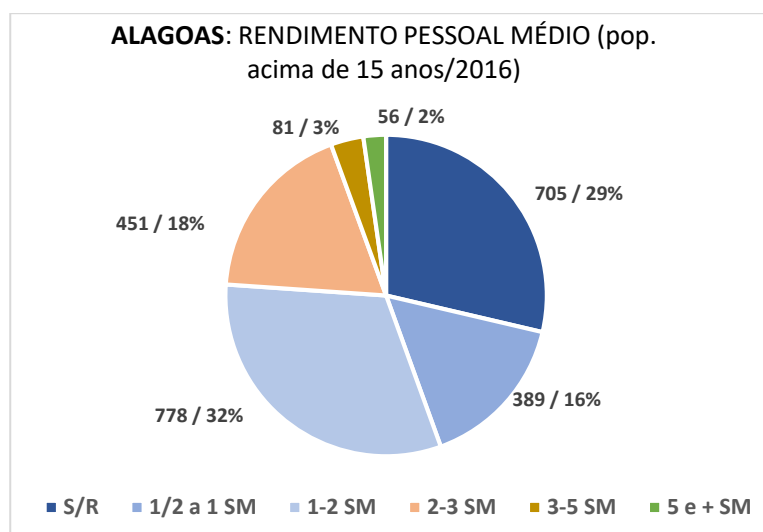
ALAGOAS: rendimento médio real de todos os trabalhos (2020). (mil)

	Jan/Dez2019	Out/Dez/2019	Jan/Mar/2020
Empregados Setor Privado	1.510	1.453	1.448
Sem carteira	809	855	795
Empregados Setor Público	3.450	3.036	2.979
Sem carteira	1.667	1.415	1.537
Doméstico	1.058	1.101	1.072
Sem carteira	595	573	504
Empregador	4.600	5.229	5.305
Sem CNPJ	3.118	2.084	3.563
Conta Própria	2.495	2.368	2.484
Sem CNPJ	1.083	940	1.049
RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS			
ALAGOAS	1.643	1.523	1.615
NORDESTE	1.641	1.629	1.648
BRASIL	2.378	2.716	2.776
SÃO PAULO	3.020	3.007	3.090

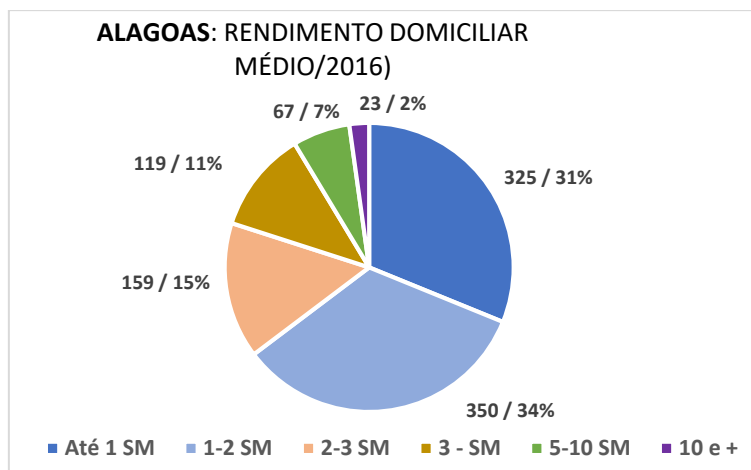
Fonte: IBGE (Pnad, 2020).

Essa estrutura de renda da sociedade e de seus trabalhadores determina o perfil geral de renda das famílias em Alagoas. A mais recente PNAD (2016) revela a distribuição do rendimento médio pessoal dos 2,5 milhões de alagoanos com mais de 15 anos, com idade de trabalhar; e o rendimento médio dos mais de um

milhão de domicílios existentes. Na população em idade de trabalhar, 705 mil não tinham rendimento, 389 mil recebiam entre meio e um salário mínimo e 778 mil tinham renda entre um e dois salários, perfazendo um total de 1,8 milhão de pessoas, ou 77% dessa população acima de 15 anos. Esse público compõe o que os institutos de pesquisa consideram público D e E de consumo (até 2 SM). No outro lado, encontram-se 451 mil alagoanos recebendo entre 2 e 3 salários, 86 mil entre 3 e 5 salários e 56 mil acima de cinco salários mínimos. Nestes três blocos estão as famílias dos chamados públicos A, B e C de consumo. Essa divisão acompanha a metodologia da ABEP, elaborada com critérios para todo o país.



A pobreza geral fica evidente quando se trabalha o rendimento familiar domiciliar. No cálculo do rendimento médio familiar, a soma das rendas individuais por residência configura um novo quadro, com uma maioria (65%) de até 2 salários e, nos demais estratos, a soma das rendas pessoais de domicílios desenha a posição dos estratos de renda maior. No entanto, levando-se em conta o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas que, em maio de 2020, seria de 4.694 reais, segundo os cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 80% das famílias alagoanas estariam abaixo desse rendimento.



A rede de proteção e financiamento

Com a crise, um intenso debate sobre como se deveria realizar o enfrentamento dos desafios colocados pela epidemia tanto para a saúde pública, como pelos seus impactos sociais e econômicos, espalhou-se imediatamente pelo país, realçando a importância da intervenção estatal e o papel das políticas públicas. As propostas apresentadas, muitas delas inspiradas em iniciativas já levadas à prática por países nos quais a epidemia tinha avançado mais cedo, foram discutidas e, algumas delas, levadas para o Congresso Nacional, transformadas em projetos, votados e aprovados numa velocidade compatível com a necessidade do momento. Resumidamente, quatro tipos de políticas públicas, com suas medidas emergenciais de proteção e financiamento (datadas para o período de dois ou três meses), foram assim definidas: a) defesa da renda das famílias; b) defesa do emprego; c) defesa das empresas; e, d) fortalecimento das instituições governamentais: estados e prefeituras.

Verificando as experiências de outros países, nota-se as semelhanças nas políticas adotadas no país. Todas elas têm o mesmo sentido: garantir a renda das famílias; manter, ao máximo, os empregos existentes; ampliar os recursos financeiros e mecanismos tributários para que as empresas consigam atravessar esse período; e apoiar financeiramente os estados e municípios para que possam enfrentar o período especial de crise. As medidas dirigidas às famílias são a transferência direta de renda (auxílio emergencial), a antecipação da parcela da Previdência para a manutenção do consumo e para evitar mais dívidas; as dirigidas às empresas são, principalmente, recursos financeiros destinados ao pagamento da folha de pessoal, mantendo os empregos; assim como a

liberação de recursos, especialmente para as microempresas, e medidas facilitadoras da renegociação de dívidas; e para o Estado e municípios são recursos destinados a cobrir as perdas de receita permitindo, melhoria de capacidade de intervenção na área da saúde.

Sem esses recursos, o consumo da sociedade e a economia dos estados e municípios entrariam em colapso imediato porque seria reduzido o consumo de dois terços das famílias mais pobres, quebrando mais empresas, aumentando o desemprego, penalizando as finanças estaduais e municipais, tornando ainda mais difícil o processo de retomada econômica. Socialmente, todos os municípios alagoanos dependem da renda combinada entre os recursos da Previdência Social e dos pagamentos às famílias inscritas no Programa Bolsa Família; e, no tocante as finanças públicas, são dependentes das transferências constitucionais obrigatórias e voluntárias (FPM, convênios, etc.).

Nesta conjuntura de crise, com o aumento do desemprego e queda da renda média, os recursos pagos pelas instituições públicas crescem de importância em todos os municípios, não apenas nos mais pobres e pequenos. Esta situação pode ser exemplificada com o caso de Arapiraca, a mais rica e populosa (68 mil famílias) localidade do interior do estado, onde 41 mil pessoas recebem, mensalmente, benefícios da previdência social e, desde abril, 27 mil pessoas passaram a receber o auxílio emergencial, incluídas como beneficiários os 21 mil inscritos no Programa Bolsa Família. São 68 mil beneficiários e suas famílias nos dois programas, a maioria absoluta da população local, que, mesmo no município mais rico do interior, depende dessa renda, determinante na vida social e no ritmo da economia.

Defesa da renda

Na definição de uma política de defesa da renda, o principal e inovador instrumento foi o Projeto de Lei 1.066/2020, aprovado no Congresso Nacional (PL 1.066/2020), em 30 de março, sancionado pelo presidente da República em 1º de abril, instituindo a *Renda Básica de Emergência*, conhecido como Auxílio Emergencial. Esse benefício é destinado a enfrentar o aumento do desemprego e a queda da renda média da população, que prevê, durante os meses de crise, um benefício de R\$ 600,00 mensais a trabalhadores informais e pessoas inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Entre os beneficiários com direitos a recebe-lo estão: desempregados, trabalhadores informais sem renda fixa, conta-própria (autônomos), microempreendedores individuais,

empregados domésticos sem carteira, pessoal do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais, do Ministério da Cidadania⁸. No mês de abril, o Congresso Nacional, uma semana depois da aprovação da *Renda Básica de Emergência*, ampliou esse direito para 25 novas categorias, o que fez crescer o número de beneficiários em, pelo menos, 25%⁹. Pela amplitude da proposta, 55,9 milhões de brasileiros tiveram acesso à renda mínima de R\$ 600,00, para os três meses de crise (abril/maio/junho). No caso das mães solteiras com filhos, inscritas no Programa Bolsa Família, o valor poderá chegar a R\$1.200,00 por família.

Para Alagoas, devido aos números da pobreza social, a expectativa era muito grande: o público potencial somava 157 mil trabalhadores no setor privado que não tinham nenhuma forma de contrato; mais as 50 mil domésticas sem carteira assinada; 238 mil autônomos, aqueles que mantêm suas atividades econômicas por conta própria, sem carteira ou CNPJ; os 95 mil microempreendedores individuais, os 199 mil desempregados e, claro os 400 mil inscritos no Bolsa Família. Somados, o público potencial chegava a 1,1 milhão de pessoas. O DIEESE fez um levantamento do número potencial de beneficiários de cada estado brasileiro; para Alagoas o número ficou em 990 mil pessoas¹⁰. No entanto, foram aprovados, no pagamento da primeira parcela, referente ao mês de abril, 550 mil benefícios para Alagoas.

Quais as razões desse desencontro de expectativa e de resultado final no pagamento da primeira parcela? As dificuldades estruturais. No mês de abril, a Caixa Econômica decidiu pagar ao público do Programa Bolsa Família e mais parte dos demandantes por aplicativo, ficando “em estudo” a maioria desse conjunto potencial, quem já estava recebendo seguro-desemprego, BPC ou outro benefício fora o Bolsa Família, ou com renda familiar acima do teto estabelecido. Por outro lado, muitos inscritos, devido ao baixo grau de escolaridade, ficaram de fora da primeira parcela pelas dificuldades de obter informações gerais, pela falta de documentação e dificuldades para acessar o aplicativo na rede internet, preencher um formulário eletrônico e acompanhar o processo.

Na primeira parcela, a Caixa Econômica Federal, agente pagadora, informou que, a título de Auxílio Emergencial, tinham sido pagos um total de R\$430 milhões de reais, uma média de pagamento de R\$1.100,00 por beneficiário (ver número de pagamentos e famílias beneficiadas, por município, na página 35). Uma renda considerada razoável, na medida em que o valor pago a uma mãe solteira, sem outra

⁸ Ministério da Cidadania, 2020.

⁹ Senado (22/04/2020)

¹⁰ DIEESE (2020)

fonte de renda, R\$1.200,00 é maior que o salário mínimo atual (R\$ 1.045,00), maior que a renda dos trabalhadores autônomos sem CNPJ (R\$1.049,00), maior que a renda dos empregados do setor privado sem carteira (R\$795) e seis vezes, em média, o valor do Bolsa Família (R\$186,00). Essa renda é, talvez, a maior conquista neste período emergencial, na medida em que garante, pelo período da crise e isolamento social, a cobertura do consumo básico das famílias mais pobres.

Na segunda parcela, no mês de maio, o aplicativo foi atualizado, permitindo verificar o andamento do processo, contestar a decisão caso a inscrição fosse reprovada e realizar uma nova solicitação a ser paga no final de maio. Desta forma, esse número foi ampliado pelos requerentes que tiveram problemas de acesso ao benefício no período anterior. Como houve um crescimento no número de aprovação de solicitações, foram incluídas todas as famílias inscritas no Cadastro Único (660 mil) e mais 400 mil alagoanos que demandaram o auxílio entre abril e maio, saltando assim das 550 mil pessoas para 1.065.000 mil beneficiários, pagando um total de 770 milhões de reais. Isso significa um grau de cobertura quase universal.

Outra iniciativa de apoio à renda familiar foi a antecipação, por parte da Previdência Social, da 13ª parcela que seria paga aos aposentados e pensionistas do INSS no final do ano, dividindo-a em duas partes, a primeira paga em abril e a segunda em maio, ampliando em 50% o poder de compra das 418.000 pessoas (e suas respectivas famílias). O INSS paga, mensalmente, a 536 mil alagoanos, 418 mil beneficiários diretos da Previdência (aposentados e pensionistas) e as 114 mil pessoas que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por lei, os beneficiários alagoanos do BPC, que recebem pelo INSS, não têm direito a essa 13ª parcela. No mês de abril, o INSS depositou 745 milhões de reais na conta de seus 418 mil aposentados e pensionistas e mais R\$ 119 milhões na conta dos 114 mil beneficiários do BPC. A soma dos recursos da Previdência mais os do Auxílio Emergencial (AE), ultrapassa, mensalmente, a R\$ 1,5 bilhão.

A antecipação de recursos do FGTS é outra medida emergencial para fortalecer a renda das famílias. É um resgate emergencial de R\$ 1.045 do FGTS por trabalhador a partir de junho, o equivalente ao salário mínimo de 2020. Todos os trabalhadores com saldo em conta ativa (emprego atual) ou inativa (empregos anteriores) terão direito de resgatar o valor, a ser liberado num calendário de pagamentos de junho até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o mês de nascimento do trabalhador.

Aproximadamente 300 mil alagoanos terão direito a esse saque, o que significa R\$ 300 milhões para o consumo.

Como medida complementar, foi aprovada a isenção do pagamento da conta mensal de energia das famílias inscritas no *Programa de Tarifa Social de Energia Elétrica*, registradas no Cadastro Único e que consomem até 220 kWh/mês. Essa medida, cujo número de beneficiários poderá chegar a 400 mil famílias, foi adotada no sentido de apoio à renda familiar da população mais pobre, representando uma economia média de 80/100 reais ao mês. Por outro lado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) suspendeu a possibilidade de corte de energia residencial de todos os inadimplentes durante esses três meses de pandemia.

Defesa dos empregos

Durante o início da epidemia e da crise econômica decorrente do isolamento social necessário para retardar a disseminação do vírus, o enfrentamento da nova situação ocorre por alguns caminhos e instrumentos já experimentados com sucesso em outros lugares: garantindo a renda básica da população, criando mecanismos de defesa do emprego, promovendo linhas especiais de crédito para as empresas e fortalecendo as instituições públicas envolvidas no combate direto à epidemia. Nesta lógica, no mês de março, o tema da defesa do emprego entrou em pauta imediatamente no debate sobre as medidas econômicas a serem adotadas, e desse debate nasceu a Medida Provisória 936, conhecida como *Programa Emergencial de Manutenção do Emprego*, enviada ao Congresso Nacional, com data de 1º de abril de 2020.

Esse programa é o principal instrumento de defesa dos assalariados com contrato de trabalho, com o objetivo declarado de manter empregos e a remuneração dos trabalhadores atingidos pelo impacto da epidemia de coronavírus sobre as atividades econômicas. Nos meses da retração econômica (março-abril) esperava-se um aumento expressivo do desemprego. A MP autoriza a redução temporária da jornada de trabalho e dos salários, na mesma proporção, bem como a suspensão dos contratos de trabalho, oferecendo uma compensação – o *Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda* – cobrindo parte da perda de rendimentos durante esse período. Com a cessação do estado de calamidade, do prazo pactuado ou caso o empregador decida antecipar seu encerramento, a jornada e o salário voltam ao patamar anterior, com o emprego garantido.

O programa, subsidiado por dois meses, garantindo o direito do trabalhador permanecer, após esses sessenta dias, com contrato pelo mesmo tempo do subsídio recebido, totalizando quatro meses, assegurando assim um tempo suficiente para que esse posto de trabalho seja mantido. Empresas e trabalhadores, individualmente ou com assistência dos sindicatos, negociam acordos coletivos ou individuais, na expectativa de volta ao trabalho depois da epidemia.¹¹ No Brasil, já são nove milhões cobertos por esse programa de garantia da renda complementar, aproximadamente, a 70 mil trabalhadores alagoanos.¹²

Outra forma de financiamento da folha de pessoal foi apresentada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Desde 8 de abril, o BNDES disponibilizou recursos na ordem de R\$ 40 bilhões para o *Programa Emergencial de Suporte a Empregos*, destinado à folha de pagamentos de pequenas e médias empresas. O programa foi iniciado com um aporte de R\$ 17 bilhões do Tesouro Nacional. A maior parte, R\$ 34 bilhões, tem origem no Tesouro Nacional e R\$ 6 bilhões são recursos de outros bancos. No total, o BNDES terá R\$ 40 bilhões para o financiamento de dois meses da folha de pagamento dos funcionários dessas empresas, no valor total de até dois salários mínimos por empregado, recursos creditados diretamente na conta corrente do trabalhador. A taxa de juros cobrada é igual à taxa Selic de 3,75% a.a. (*spread zero*), com seis meses de carência e pagamento em 36 parcelas. Podem acessar esse financiamento as empresas com faturamento anual acima de R\$ 360 mil até R\$ 10 milhões, consideradas Empresas de Pequeno Porte (EPP). Como contrapartida, as unidades beneficiadas não poderão demitir empregados no período. Ao contratar o crédito, elas assumem responsabilidades, como a impossibilidade de rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho de seus empregados no período entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela do financiamento. Pelos cálculos do banco, serão beneficiadas 1,4 milhão de empresas e 12,2 milhões de pessoas¹³. Em Alagoas, as Empresas de Pequeno Porte (EPP), com mais 10 e menos de 49 empregados, na área de serviços e comércio, e entre 20 e 99 no caso da indústria, representam mais de oito mil unidades.

¹¹ DIEESE, 2020.

¹² Ministério da Economia/Sec. Trabalho (2020)

¹³ BNDES (2020)

Defesa das empresas

No momento de crise econômica, vários tipos de medidas foram destinadas às empresas: as decisões institucionais do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN), os pacotes tributários (estaduais e municipais) e as linhas especiais de financiamento. No âmbito institucional, o CMN aprovou várias resoluções facilitando as renegociações do sistema financeiro, agilizando as prorrogações, que rapidamente alcançaram mais de dois milhões de contratos, representando mais de 200 bilhões de reais, segundo a Febraban¹⁴. Por sua vez, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), prorrogou, em 18 de março, e confirmou em 15 de maio, o prazo de pagamento das parcelas e tributos relacionados ao Simples Nacional, com vencimentos em abril, maio, junho e julho, para os meses de agosto, outubro e dezembro¹⁵.

No plano estadual, os pacotes fiscais criaram para as empresas facilidades, na medida de adiamento de pagamentos, permitindo renegociações e, no caso do crédito, ajudando a organizar financeiramente as empresas. Em Alagoas, foi criado um *Comitê de Gerenciamento de Impactos Econômicos da Crise*, aprovando a prorrogação do prazo (90 dias) para o pagamento do ICMS das empresas do Simples Nacional; suspensão (90 dias) de todos os prazos processuais e de cumprimento das obrigações tributárias junto à Sefaz; suspensão (90 dias) de todos os parcelamentos de débitos fiscais; abertura de linha de crédito de R\$ 15 milhões pela Agência de Desenvolvimento/Desenvolve (capital de giro, despesas de aluguel, folha e encargos); aprovação da suspensão de cobrança de imposto, multa e acréscimos legais nos postos fiscais de fronteira.¹⁶ São medidas simpáticas, mas de efeito limitado e complementar. Mesmo compreendendo a presença fundamental do setor público, há um consenso de que o papel de intervenção direta do Estado de Alagoas na economia é muito limitado pelos recursos orçamentários escassos, principalmente em época de epidemia quando a frente sanitária é absoluta prioridade.

As MPE's. Nos setores de comércio e serviços, ainda que tenhamos as presenças das redes de empresas e dos *shoppings centers*, predominam o mundo das micro e pequenas empresas, a maioria esmagadora do tecido empresarial, representando 95% das unidades existentes no Estado. Alagoas possui 140 mil empresas sob esse estatuto (ver

¹⁴ Febraban (06/04/2020)

¹⁵ Receita Federal (03/04/2020)

¹⁶ Agência Alagoas (08/06/2020)

a tabela na página seguinte). São duas categorias diferentes, as MPE's e os MEI. Para a Receita Federal, existem registradas em Alagoas 42 mil MPE's: as 36 mil microempresas (ME), com até nove trabalhadores e receita de até 360 mil por ano, ou seja, até 20 mil ao mês, e as 6 mil EPP (Empresas de Pequeno Porte), com receita anual entre 360 mil e 4,8 milhões de reais. Por outro lado, os microempreendedores individuais, os MEI, caracterizam-se como um empreendimento que emprega até uma pessoa e tem receita de até 81 mil reais por ano, formando um grupo expressivo com 98 mil pessoas que optaram, por vocação ou necessidade, por abrir uma empresa.

Nessa crise, provocada pela epidemia, esses dois grupos sofrem por suas dificuldades estruturais: volume pequeno de venda, baixa incorporação de tecnologia, pouca reserva de capital, difícil acesso a banco ou outra instituição financeira e as tradicionais dificuldades de gestão. As microempresas, tradicionalmente, trabalham sob uma pressão intensa da concorrência próxima, na mesma rua ou parte do bairro, onde está sua clientela. Além dos limites estruturais, apresentam dificuldades conjunturais, na medida em que seu público consumidor, sua clientela, é formada, basicamente, pelos segmentos C, D e E de consumo, de renda menor, para os quais o impacto negativo de uma crise é imediatamente sentido quando acontece o aumento do desemprego ou queda da renda média das famílias desses segmentos, a exemplo dos anos 2015/2019.

No entanto, a necessidade de buscar uma alternativa de renda ou desenvolver uma atividade econômica em forma de um pequeno negócio não parou no período da pandemia, mantendo um bom número de abertura de novas MEI's, mas apresentando uma redução expressiva no número de MPE's formalizadas junto à Receita Federal.

ALAGOAS: criação de MPE's e MEI's (dez/2019-maio/2020)

	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20
MPE's	42.931	38.928	41.313	41.821	41.984	42.091
MEI	91.887	93.411	94.528	95.891	97.051	98.200
NOVAS						
MPE's	212	-4003	2.385	508	163	107
MEI	835	1.524	1.117	1.363	1.160	1.149

Fonte: Receita Federal (2020).

As linhas e os programas especiais. As primeiras medidas de apoio financeiro vieram para as empresas caracterizadas como Empresa de Pequeno Porte (EPP),

consideradas como “médias” para a realidade estadual, dominada pela presença de unidades de menor porte. Mas, logo nas semanas seguintes, as instituições de desenvolvimento (BNB, BNDES, Sebrae) sinalizaram novo direcionamento, com medidas aprovadas e destinadas ao universo das microempresas (ME), e MEI’s.

Os bancos federais – Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Brasil (BB), têm colocado recursos à disposição das MPE’s que estão atravessando graus diferentes de dificuldades. O Banco do Brasil operacionaliza uma linha especial de crédito de R\$ 1 bilhão para as MPE’s e MEI’s. O BNDES liberou mais 4 bilhões de reais para as MPE’s, que chegarão a essas empresas por vários canais, desde os pequenos bancos digitais (virtuais, *on-line*) às grandes empresas de pagamento eletrônico.

A CEF abriu uma linha especial, contando com o apoio do Fundo de Aval para às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), do Sebrae, oferecendo as garantias complementares, que pode chegar até 7,5 bilhões de reais para as micro, pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI). São empréstimos com prazos de carência de 9 a 12 meses, para serem pagos em períodos que variam de dois a três anos. Os juros têm taxas de 1,19% a 1,59% a.m. Para os microempreendedores individuais, o limite é de 12,5 mil, com carência de 9 meses e prazo de amortização de 24 meses; para as micro, o limite é de 75 mil reais, com carência de 12 meses e pagamento em 30 meses; e para as EPP, até 125 mil.

No sentido do crédito dirigido a setores empresariais específicos, a Caixa Econômica aprovou, para o setor imobiliário, uma medida que adia o pagamento das parcelas em três meses (abril, maio e junho) para os seus financiamentos e antecipa recursos para novas obras. Fora do âmbito bancário, o Ministério do Turismo criou uma linha especial operacionalizada por 17 instituições financeiras, apoiada pela Medida Provisória 936/2020, liberando 5 bilhões de reais para as empresas do setor turístico, registradas no Cadastur (a cadastro dos prestadores de serviços turísticos). Esse segmento é um dos mais importantes na área de serviços em Alagoas e o mais penalizado pelo isolamento social, ao lado do varejo não-alimentar, e, provavelmente, o último a voltar à normalidade plena.

Uma linha especial de crédito emergencial, destinada a empresas e prefeituras da área de atuação da Sudene (inclui partes do território de Minas Gerais e Espírito Santo), foi aberta com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste (FNE), operacionalizada pelo BNB, em parceria com a Sudene, no total de 3 bilhões. A taxa de juros é de 2,5% ao ano e a linha disponibiliza duas opções de empréstimo: até R\$ 100 mil para capital de giro e até R\$ 200 mil para investimentos. No Relatório mais recente, de 12/06/2020, com dados informados pelo BNB, ficam registradas as operações realizadas pelas empresas dos estados cobertos pelo BNB e Sudene. São mais de seis mil empréstimos, destinados essencialmente para capital de giro (94,4%), das MPE's, que levaram 87,3% dos recursos para empresas dos setores de comércio e serviços (90%), sendo 280 da área de turismo.¹⁷ Alagoas participa de forma ainda tímida.

NORDESTE: Crédito emergencial FNE/BNB/SUDENE (2020)

ESTADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES (R\$)	%
Bahia	1.328	102.698.494,50	20,7
Pernambuco	1.085	80.989.710,10	16,3
Ceará	869	65.236.151,50	13,2
Paraíba	556	42.212.061,00	8,5
Maranhão	516	40.466.324,40	8,2
Rio Grande do Norte	536	39.950.441,60	8,1
Minas Gerais*	528	36.854.732,60	7,4
Piauí	502	36.619.803,00	7,4
ALAGOAS	277	21.433.147,00	4,3
Sergipe	235	18.205.021,60	3,7
Espírito Santo*	138	10.750.267,00	2,2
TOTAL	6.570	495.416.154,20	100%

Fonte: BNB (2020).

Como medida mais importante, o Congresso Nacional aprovou no mês de abril o *Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte* (Pronampe). Sancionado pelo Presidente em maio entrou em vigor, efetivamente, em 10/06, quando o Tesouro Nacional liberou 15,9 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO). A Receita Federal imediatamente enviou um comunicado a todas as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, informando que elas poderão acessar o crédito do Pronampe, no limite de 30% do faturamento anual

¹⁷ SUDENE (2020b)

declarado em 2019 ou 50% do capital social. O comunicado da Receita Federal traz o valor da receita declarada em 2019 para fins de cálculo do montante de crédito que poderão contratar. Com essa carta, as empresas podem submeter uma proposta a um dos doze bancos credenciados e agências de fomento, respeitando as regras estabelecidas por cada entidade bancária.

Financiamento dos estados e municípios

No dia 20 de março, o Congresso Nacional aprovou o estado de calamidade pública no Brasil, para vigorar até 31 de dezembro. Nestes meses de excepcionalidade, no plano econômico, o país continua vivendo uma conjuntura de imensas dificuldades, refletindo uma crise de características internacionais (com a epidemia e a crise econômica tendo por epicentro os países centrais) e no seu próprio território (a epidemia e a crise econômica tendo por epicentro o Sudeste do país), rebatendo no plano regional (Nordeste) e, de forma diferenciada, em cada um dos estados.

Para este ano, segundo fontes institucionais, a expectativa de uma retração do PIB do Brasil varia de - 5% (FMI) a -11% (OMC). O Banco Mundial prevê -5%. Órgãos governamentais como o Banco Central prevê -5,12% (Boletim Focus de 18 de maio) e o IPEA prevê uma queda de -6%¹⁸. O Nordeste, que já vinha obtendo taxas menores de crescimento, desde 2016, deverá apresentar um resultado correspondente a esse indicador nacional. Um problema adicional à atual conjuntura: aos meses da epidemia (março, abril, maio e junho) seguirão os meses do segundo semestre, de muito mais dificuldades na área econômica, pelo efeito cumulativo dos problemas gerados pelo isolamento social. Neste cenário econômico de dificuldades, cresce o papel dos estados e prefeituras.

Os estados e os municípios são os entes que enfrentam a epidemia mais diretamente, porque todas as demandas na área da saúde estão sob sua responsabilidade, aumentando suas despesas. As administrações municipais e estaduais têm de encarar a epidemia trabalhando em duas frentes simultâneas: a frente sanitária com a estrutura apoiada no Sistema Único de Saúde, o SUS, presente em todas as localidades, e a frente econômica, pois com o isolamento social, a queda do emprego e da renda média afetam, diretamente a vida social nos municípios.

¹⁸ IPEA (2020)

Nesta conjuntura de recessão, os Estados perdem receita, com a redução do ICMS e de outros impostos, e as prefeituras perdem parte considerável do IPTU e ISS. Perdem, também, porque aprovaram pacotes tributários adiando ou facilitando pagamento de seus impostos. Por outro lado, sofrem com a redução das transferências federais, principalmente do FPE e FPM, pela menor arrecadação nacional do IR e do IPI. Desde março, o Estado e os municípios vêm perdendo parte considerável das receitas próprias, e, simultaneamente, ocorreu uma redução nas transferências federais. A arrecadação de tributos estaduais de Alagoas, que vinha crescendo desde 2017, apresentou uma retração de -4,3% no período janeiro-maio, puxada pelo saldo negativo na receita de ICMS de mais de R\$50 milhões.¹⁹

Para compensar as perdas de receita e colocar recursos na administração pública, duas importantes medidas foram tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso Nacional. No mês de abril, o Estado de Alagoas teve uma boa notícia: o STF suspendeu o pagamento da dívida do Estado com a União por seis meses, ou seja, até dezembro. A parcela mensal, de aproximadamente 32 milhões, deve ser alocada na área da saúde, utilizada exclusivamente no plano de combate ao coronavírus. Serão 200 milhões a mais para que o Estado de Alagoas exerça melhor seu papel, nesta conjuntura, o de planejar o trabalho na área da saúde, coordenar as ações de prevenção, atuar de maneira presente para a população se sentir mais tranquila e segura.

No mês seguinte, maio, para contribuir com uma compensação pelas perdas nas transferências federais, o Congresso Nacional aprovou o *Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus* (PLP 39/2020) prevendo R\$ 60 bilhões para estados e municípios. Esse foi outro acordo aprovado no Congresso Nacional que permitiu a Alagoas receber 880 milhões de reais: 554 milhões para o estado e 328 milhões para as prefeituras. Desses recursos, o estado deverá obrigatoriamente gastar 142 milhões na área da saúde, no combate a pandemia, e 412 milhões terão gastos livres. As prefeituras receberão proporcionalmente às suas populações: Maceió receberá 100 milhões, Arapiraca 22, Rio Largo 7 milhões, e Pindoba terá 284 mil reais nos cofres da prefeitura. Os municípios terão 48 milhões para gastar com saúde e 280 milhões para gastos livres. Os recursos devem amenizar, mas não irão resolver todas as dificuldades enfrentadas neste momento de crise e recessão.

¹⁹ CONFAZ (2020)

A crise gerada pela pandemia, além de chamar a atenção para a extrema pobreza e a desigualdade que marcam a sociedade nordestina e alagoana, mostrou também os limites institucionais, tanto os públicos, do Estado e municípios, como da representação social das entidades civis – empresarial, política, trabalhista, associações cidadãs e mesmo religiosa. Nos meses de março, abril e maio, essas instituições ficaram distantes no momento de mobilizar forças e ampliar o trabalho urgente de apoio às famílias de baixa renda no acesso ao Auxílio Emergencial, no acesso ao seguro-desemprego para os que ficaram desempregados, no movimento em direção aos MEI's e MPE's no acesso a linhas especiais de crédito já aprovadas e disponibilizadas na rede bancária.

Os impactos na economia

No cenário crítico desses três primeiros meses, o isolamento social gera impacto, afetando quatro variáveis fundamentais para o conjunto da economia: **renda**, **emprego**, **consumo**, incluindo o da energia e combustível, e o **crédito**. Cada uma dessas variáveis apresenta resultados que influenciam os setores econômicos.

Renda. Em relação a renda para o consumo, estamos vivendo uma situação atípica, que deverá ser modificada a partir de julho ou agosto, quando a fase mais dura da epidemia passar. Alagoas possui 1,1 milhão de famílias (PNAD, 2015). Desde o mês passado, 1.065.000 mil pessoas (que, no geral, têm família) tiveram acesso ao Auxílio Emergencial, que está pagando entre R\$ 600,00 e R\$1.200,00, uma soma total em Alagoas de 770 milhões de reais por parcela; a previdência social pagou aos 530 mil beneficiários e antecipou a 13ª parcela, dividindo-a entre abril e maio, somando no mês de abril R\$ 870 milhões; os 140 mil funcionários públicos, principalmente o seu maior conjunto, o municipal, está recebendo em dia, significando 300 milhões de reais. Some-se a isto, a renda dos 300 mil trabalhadores com carteira assinada que continuam empregados e receberam aproximadamente 420 milhões em abril. Desta forma, quase a totalidade da população está coberta, garantindo até o mês de julho a renda para o consumo, principalmente de alimentos, remédios e transporte.

Essa renda bruta de R\$ 2,3 bilhões de reais destina-se quase toda ao consumo, cobrindo, praticamente, a totalidade da população. Esses recursos estão garantindo o consumo básico e movimentando as feiras e o comércio, que adotaram suas estratégias parciais de funcionamento, um movimento que chega às indústrias, principalmente as

vinculadas ao consumo popular – como alimentos, material de limpeza e higiene, remédios. O problema está mais à frente, no período pós-epidemia, quando esses mecanismos forem suspensos.

Essa renda está influenciando, diretamente, o consumo e a manutenção das taxas tradicionais de endividamento e inadimplência. A Fecomércio/Alagoas realiza, todos os meses, a “Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor”, tomando por base o comportamento da cidade de Maceió. No período janeiro/abril, os dados de endividamento, atraso nos pagamentos e inadimplência dos consumidores se mantiveram estabilizados, com variação mínima nos meses de março e abril, quando o comércio e o setor de serviços já estavam sob as medidas do isolamento social.

MACEIÓ: Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor PEIC
jan/abril/2020)

MÊS	ENDIVIDADOS	ENDIVIDADOS COM ATRASO	SEM CONDIÇÕES DE PAGAR
Jan	68,1	28,3	14,4
Fev	69,1	30,6	16,0
Mar	70,4	32,8	20,1
Abr	70,4	32,4	19,8

Fonte: Fecomércio/AL (2020).

Emprego. Os dados de emprego e renda podem ser acompanhados por duas formas: pela PNAD Trimestral (IBGE), tratando de todos os trabalhadores, ou pelo CAGED (MTE), informando apenas sobre o mercado formal, dos trabalhadores com contrato. O primeiro balanço do emprego e desemprego na economia alagoana deste ano chegou pela PNAD Trimestral, do período janeiro/março. Os números são negativos, mesmo incluindo apenas o primeiro mês da crise, março. A pesquisa já sinaliza uma queda expressiva (ver tabela na pág. 5). O decreto emergencial foi lançado no dia 20 de março. Nestes três meses, houve um aumento no número de desempregados para 199 mil alagoanos, 40 mil a mais comparado ao trimestre anterior, e o número de desalentados (278 mil trabalhadores), pessoas que desistiram de procurar emprego, continua alto. O mercado informal, chega a quase metade da força de trabalho.

A segunda fonte de informação é o CAGED, trazendo os dados do mês de abril, confirmando a tendência apresentada na PNAD. Entre janeiro e abril o número de

demitidos foi de 54.697 trabalhadores formais, sendo admitidos, no mesmo período 27.988, gerando um saldo negativo de -26.979 trabalhadores alagoanos nos quatro primeiros meses do ano, uma taxa que corresponde a -7,63% do estoque dos assalariados com carteira assinada existente no mês de janeiro. A evolução mensal do saldo de empregos: janeiro (-4.535), fevereiro (-8.758), março (-5.665) apontava para uma tendência crescente no mês de abril, refletindo o isolamento social, o que de fato aconteceu: (-7.095), resultado de 9.855 demissões e apenas 2.760 contratações. Ou seja, o mercado de trabalho formal, com carteira assinada mantém os mesmos resultados mensais negativos do ano passado, com números menores de desligados devido, provavelmente, ao *Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda*.

ALAGOAS: Emprego/desemprego (jan/abr- 2020)

MÊS	2019			2020		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Jan	7.156	11.895	-4.739	7.701	12.236	-4.535
Fev	8.189	10.444	-2.255	7.896	16.654	-8.758
Mar	7.061	16.697	-9.636	6.913	12.578	-5.665
Abr	6.964	11.657	-4.692	2.760	9.855	-7.095
TOTAL	31.256	53.052	-21.796	27.988	54.697	-26.979

Fonte: CAGED (2020).

O seguro-desemprego. Outra forma de acompanhar o mercado de trabalho em Alagoas é o seguro-desemprego. No mês de dezembro de 2019, 159 mil alagoanos estavam desempregados e 288 mil desalentadas. Com a aprovação do Auxílio Emergencial, em abril, os desempregados que já tinham recebido as parcelas do seguro-desemprego ou não tinham solicitado passaram a ter direito as três parcelas de 600 reais do Auxílio. Entre os meses de janeiro e abril, mais 54.697 trabalhadores foram demitidos em Alagoas. Como aconteceram 27.988 novas contratações, parte dos demitidos voltou a trabalhar e outra parte desses trabalhadores, sem emprego, optou por receber o Auxílio, explicada pela rapidez da concessão e, principalmente, porque podem solicitar o seguro desemprego até 120 dias (4 meses) depois da data de demissão, quando poderão receber de três a cinco parcelas no valor de 1.000 até 1.800 reais, valor portanto maior que o do Auxílio Emergencial. Uma parte menor desses novos desempregados solicitou o seguro-desemprego, mas estão com problemas de acessar porque os órgãos do Ministério que tratam dessa questão, como as Delegacias

Regionais e o Sine, estão fechados. O processo, por ser todo on-line, tem apresentado dificuldades.

ALAGOAS: seguro-desemprego (jan./mai. - 2020)

MÊS	REQUERENTES	WEB	%	SEGURADOS	TAXA %
Jan	4.318	209	4,8%	4.090	94,7%
Fev	4.043	386	9,5%	3.769	93,2%
Mar	4.673	1.228	26,2%	4.241	90,8%
Abr	5.687	5.376	94,5%	4.589	80,7%
Mai	8.247	7.752	94,0%	6.220	80,2%

Fonte: Ministério da Economia (2020)

Consumo. O ritmo do consumo estadual pode ser visto e acompanhado por duas pesquisas mensais de muita qualidade técnica: a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), ambas do IBGE. A PMS publicou os resultados de abril, com um número negativo e elevado em relação a março (-26,5%), confirmando uma tendência de baixa vinda do ano anterior e cresceu nos meses da pandemia; a PMC publicou os resultados de abril, detectando uma queda forte (-19,9%), esperada para este mês. A combinação de perdas de postos de trabalho, diminuição na renda e, claro, um afastamento temporário do consumo regular por parte da população, resultou numa retração dos dois segmentos, fazendo o resultado anual (janeiro/abril de 2020) cair no comércio para -7,5% e -10,5% no setor de serviços. Era um resultado previsível. Esses dois segmentos já vinham apresentando redução nas vendas desde 2019, mesmo no mês de dezembro. No primeiro quadrimestre de 2020, no setor de comércio, salvaram-se os supermercados e farmácias; na área de serviços, a contração se deve principalmente ao turismo, serviços profissionais e a diminuição no transporte.

ALAGOAS: comércio e serviços (nov. 2019/abr.2020)

SETOR	MÊS / 2019			ANUAL	MÊS / 2020				ANUAL
	NOV	DEZ	2019		JAN	FEV	MAR	ABR	
COMÉRCIO	0,5%	-2,5%	-2,4%	0,2%	2,3%	-8,5%	-19,9	-7,5%	
SERVIÇOS	0,7%	-3,5%	-5,5%	2,9%	-0,4%	-6,8%	-26,5	-10,5%	

Fonte: IBGE (2020).

Neste clima de incertezas, com o desemprego aumentando e a renda média caindo, a reação dos consumidores alagoanos, como nos estados brasileiros, foi gastar

em produtos básicos e despesas essenciais – alimentos, medicamentos, material de uso doméstico, transportes, pagar contas e poupar parte desses recursos. E isso reduz os gastos de consumo e afeta os segmentos não-essenciais do comércio e serviços mais que o decreto emergencial do governo do estado.

O consumo de combustível e de energia elétrica é um dos indicadores importantes na atividade econômica. O etanol, que já vinha perdendo competitividade em relação à gasolina, apresentou uma redução expressiva de vendas nos meses de março e abril, refletindo o menor movimento provocado pelo isolamento social; por sua vez, a gasolina, mesmo substituindo o etanol, sofreu uma redução nas vendas, no entanto bem menor que o do etanol. O diesel acompanhou a queda geral dos combustíveis.

ALAGOAS: Consumo de combustível (jan./mai. - 2019/2020) (m³)

MÊS	ETANOL		GASOLINA		DIESEL	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Jan	9.792	8.746	35.146	37.940	31.298	33.741
Fev	7.616	6.712	39.263	36.025	29.111	28.364
Mar	7.213	4.805	34.913	31.593	28.249	25.276
Abr	6.378	2.707	36.175	29.458	27.143	20.092

Fonte: ANP (2020).

O consumo de energia elétrica de Alagoas deverá acompanhar a média nordestina que, nos meses de janeiro a abril, segundo o boletim “Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica” (maio, 2020), da EPE, apresentou uma queda de consumo, com destaque negativo para os consumos industrial e comercial, provocado pelas medidas restritivas em todos os estados; e por um crescimento expressivo no consumo residencial, explicado pelo isolamento social²⁰.

ALAGOAS: Consumo de energia (dez/2019-mar/2020) (MWh)

	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020
RESIDENCIAL	170.438	135.628	132.055	135.187
INDUSTRIAL	60.779	64.482	64.337	58.930
COMERCIAL	73.000	71.365	71.305	67.917
OUTROS	95.213	90.706	81.456	79.026
TOTAL	399.430	322.038	345.153	341.061

Fonte: EPE (2020).

²⁰ EPE (2020)

Crédito. Mesmo sendo empréstimos com juros baixos, prazos amplos de carência e formas suaves de pagamento, as linhas de crédito não estão sendo acessadas de forma massiva, pela dependência de vários fatores: a) de forma geral, nas microempresas (ME) e MEI's não há tradição de trânsito com a rede financeira, o banco é mais utilizado para o fluxo de receitas e despesas da pessoa física (micro ou MEI) e não para empréstimos direcionados ao investimento como pessoa jurídica; b) a burocracia e suas barreiras legais, na medida em que as empresas têm dificuldades de apresentar a documentação e as garantias para acessar o crédito, obrigando o Banco Central a liberar empréstimos da rede bancária pública mesmo para os que têm dívidas com a União (FGTS e dívidas fiscais); c) terceiro, é o receio do endividamento por parte das empresas que já estavam em situação delicada antes da crise e que, por não visualizarem o cenário do retorno, ficam receosas de ter acesso ao crédito.

A Pesquisa “O Impacto da pandemia nos pequenos negócios”, realizada pela Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional, revela, no âmbito dos estados, as dificuldades das microempresas e MEI's de acessar essas linhas de crédito. Em Alagoas, mesmo reconhecendo a necessidade de crédito para a empresa atravessar o período da pandemia, uma maioria de 80% revelava não ter buscado empréstimo, conformando a tradição. Quase metade dessas empresas nunca tinha tomado um empréstimo e outra parcela, menor, tentou, mas não conseguiu o empréstimo²¹.

Nesta conjuntura, os recursos não gastos nesse período buscaram o tradicional investimento em poupança. O Banco Central publicou os dados de poupança para os meses de janeiro a maio. Chama a atenção a inversão no fluxo depósito/retirada: os meses de janeiro e fevereiro foram fortemente negativos, mas nos meses da pandemia (março, abril e maio), o comportamento se inverteu de maneira radical. Com a queda expressiva da bolsa de valores e a instabilidade em outros investimentos, como títulos do Tesouro, a tradicional poupança voltou a ser o abrigo seguro da renda popular, triplicando a captação líquida, um comportamento que deverá seguir nos meses de junho em diante, dificultando o consumo e o investimento, principalmente nos segmentos de menor renda.

²¹ SEBRAE (2020)

BRASIL: Poupança (jan./mai. - 2020) (R\$ Mil)

MÊS / ANO	DEPÓSITOS (A)	RETIRADAS (B)	CAPT. LÍQ. (A-B)	SALDO FINAL
jan	216.987.480	229.343.624	-12.356.144	835.614.842
fev	194.346.841	197.918.575	-3.571.734	834.428.066
mar	221.860.560	209.691.608	12.168.952	848.919.361
abr	215.363.682	184.905.181	30.458.501	881.662.209
mai	235.062.078	197.860.901	37.201.177	921.066.647

Fonte: BCB (2020).

Impacto nos setores econômicos e empresas

A economia, desde março, vem funcionando com suas dificuldades e limites próprios do período da epidemia e das medidas de isolamento social, que tem impactado de modo diferenciado em cada setor da economia, com cada um desses segmentos reagindo de forma particular, refletindo suas estruturas e condições atuais de funcionamento: no campo, as atividades agrícolas e pecuárias quase não tiveram interrupção; a indústria (incluindo a construção civil) teve aprovada sua volta à normalidade quase imediatamente; os chamados setores essenciais – farmácias, postos de gasolina, rede bancária, lojas de tecidos, papelarias e livrarias, estão funcionando; o problema está nas empresas não-essenciais, como as do comércio e serviços, principalmente naquelas que têm movimento intenso de clientes ou que vendem para o consumo no próprio local, a exemplo do varejo alimentar, da rede de restaurantes, bares e lanchonetes; e do varejo não-alimentar instalado nos *shoppings*, galerias, nas ruas comerciais do centro e dos bairros das cidades.

Pelos dados da Secretaria da Fazenda, publicados pelo Boletim Receita (21 de março a 3 de abril), logo após o decreto, em março, houve um aumento do consumo, para estocar alimentos e outros produtos pelo medo do desabastecimento. O setor de alimentação cresceu e, depois, manteve-se estável; o químico, incluindo as farmácias, teve redução (-15%). Mas alguns setores tiveram quedas abruptas: combustível (diesel, etanol e gasolina) despencaram mais de 40%; construção, 50%; setor automotivo caiu 60%; bebidas e fumo 70%; e têxtil (lojas, armarinhos, etc.) em 70%²².

Na primeira semana de junho, analisando o desempenho da economia durante o mês de maio a partir do levantamento das notas fiscais eletrônicas, a Sefaz apresentou dados mais detalhados e consolidados que no primeiro Boletim. Os destaques positivos

²² SEFAZ (2020a)

vieram dos setores que comercializam bens essenciais: supermercados (+ 31,38%), medicamentos (+ 20,92%) e material de construção (+ 11,65%). As evidências negativas foram nos segmentos fechados: vestuário (-81,55%), lojas de departamento, eletroeletrônico e móveis (-69,66%), ou abertos, mas que perderam demanda pela falta de movimento: combustível (-22,58%). A atividade de atacado (empresas distribuidoras, da comercialização em grosso) teve crescimento de +5,28%, com ênfase positiva nos produtos essenciais: limpeza (+ 73,60%), alimentos (+ 21,42%), material de construção (+ 20,03%) e medicamentos (+ 9,13%). O setor industrial geral obteve resultado negativo (-3,28%): plástico (-29,45%), combustível (-22,72%) e bebidas (-11,30%). Por outro lado, na expectativa de uma safra maior este ano, as vendas na área de produtos agrícolas (insumos) apresentaram crescimento (+ 17,35%), assim como químico (+ 50,87%), pelo aumento da produção de PVC (policloreto de vinila) da Braskem, em sua unidade de Marechal Deodoro²³.

Provavelmente, no segundo semestre, a partir da reabertura gradual de outros setores, dentro de um ritmo definido por etapas e em protocolos, apoiados pelos amplos recursos da renda emergencial e outros rendimentos, os consumidores voltem, lentamente, a movimentar mais os setores atualmente limitados em suas vendas.

Para acompanhar os impactos setoriais na economia alagoana, é importante verificar a participação de cada um desses grandes segmentos (agropecuária, indústria e serviços) e seus subsetores. O quadro “Alagoas: participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto 2010-2017”, (ver a página 45), detalha a participação e evolução de cada um dos subsetores, entre os anos de 2010 e 2017, apresentando o quadro estrutural da economia alagoana, permitindo uma visão de conjunto de seus setores.

Por sua vez, a tabela do “Consumo de energia (2006-2018)” apresenta a participação desses segmentos pela dinâmica do consumo setorial: a indústria vem perdendo peso relativo, o consumo aumentando pelo crescimento residencial, que incorporou 400 mil novos domicílios numa década; pelo consumo comercial, devido à ampliação do número de empresas urbanas (serviço e comércio); pelo aumento consumo público, principalmente pelos serviços municipais e o desempenho modesto do consumo rural.

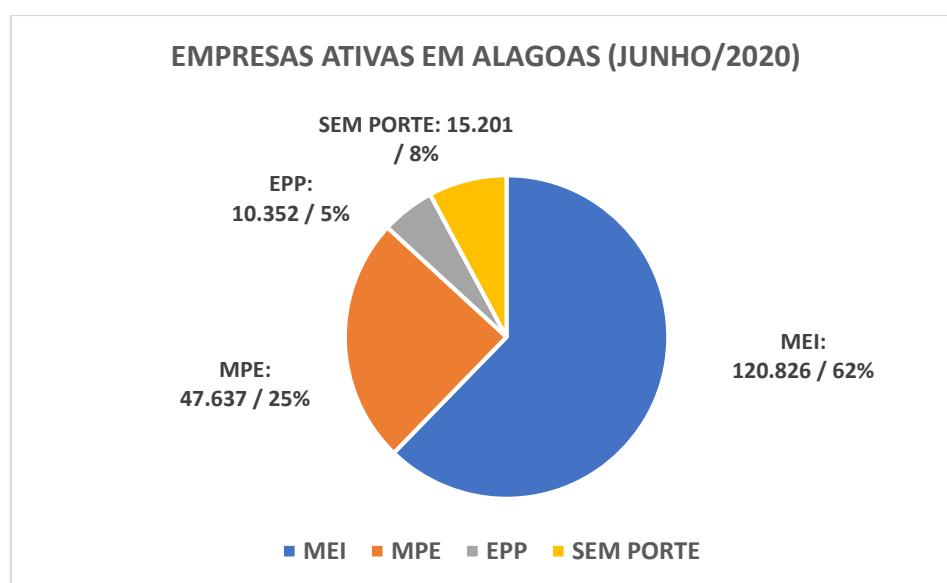
²³ SEFAZ (2020b)

ALAGOAS: Consumo de energia (2006-2019) (GWH)

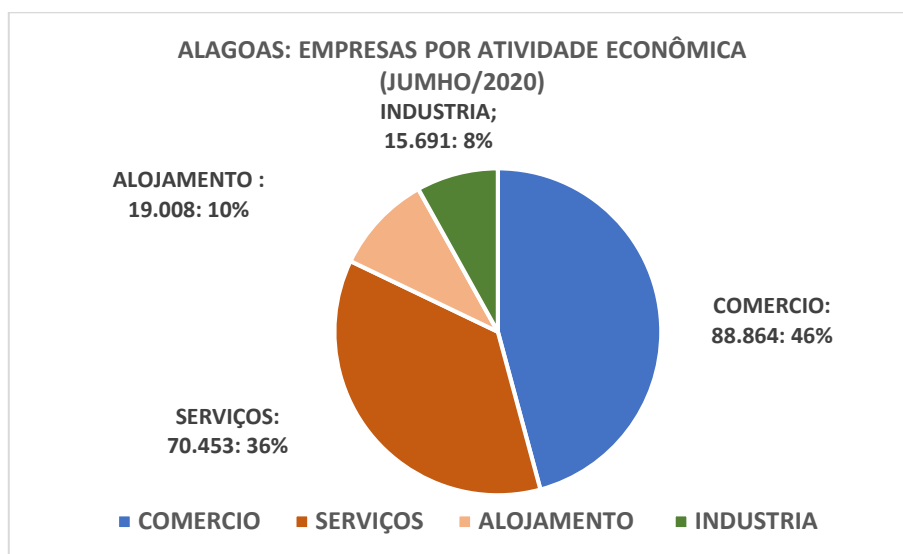
ANO/CLASSE	2006	2010	2015	2019
RESIDENCIAL	695	926	1.326	1.825
INDUSTRIAL	1.866	1.896	2.056	1.016
COMERCIAL	412	538	754	789
PODER PÚBLICO	394	497	557	728
RURAL	163	148	180	183
OUTROS	72	64	37	34
TOTAL CONSUMO	3.602	4.005	4.910	4.575
TOTAL CONSUMIDORES	734.776	878.524	1.046.528	1.159.393
RESIDENCIAL	668.139	806.313	961.346	1.052.601
INDUSTRIAL	2.721	2.646	2.510	2.192
COMERCIAL	45.606	50.342	60.405	68.056
PODER PÚBLICO	8.499	9.176	10.141	11.012
RURAL	9.372	9.911	12.025	25.415
OUTROS	143	136	101	117

Fonte: EPE (2020)

Mais visíveis estão os conjuntos de empresas. Em Alagoas, segundo a Junta Comercial (JUCEAL), são 192 mil empresas formalizadas no Estado. Dois terços desse conjunto são formados pelos MEI's (120 mil unidades); e um quarto pelas micro empresas (47 mil). As Empresas de Pequeno Porte (EPP) formam um conjunto de 10.352 unidades e as unidades “sem porte” somam 15.251 unidades. Diferentemente dos números da JUCEAL, a Receita Federal apresenta exclusivamente dados das MPE's e MEI's inscritas no Simples Nacional.



Por atividade econômica, que contempla exclusivamente as atividades urbanas, o setor de comércio abarca quase metade desse conjunto, o setor de serviços representa 36% e, neste setor, o sub-setor de serviços “alojamento e alimentação” (restaurantes, hotéis, pousadas), merece um destaque, pelo impacto que vem sofrendo neste período de pandemia. A indústria, ao incorporar as micro e pequena unidades familiares, formam um expressivo conjunto de 15,6 mil unidades.



Comércio e serviços. A crise na economia alagoana é real, mas, sem dúvida, vários segmentos são ainda mais penalizados pela crise. Desde o início, setores considerados essenciais, com ampla presença na economia – supermercados e rede abastecimento alimentar, farmácias, rede hospitalar, rede financeira e postos de gasolina tiveram suas atividades mantidas, puderam funcionar, diminuindo as possibilidades de perdas. Mas, no geral, as empresas sentem o impacto negativo – queda de receita, perda de clientes, dificuldade com fornecedores e bancos.

A impossibilidade dos estabelecimentos de atenderem presencialmente ou de que o consumo seja realizado no próprio local de venda, afeta cadeias e segmentos inteiros. A perda efetiva vai para segmentos considerados não-essenciais, incluídos no setores de comércio e de serviços, como os do varejo não-alimentar e os vinculados ao turismo – hotéis, pousadas e restaurantes; o comércio no varejo, do pequeno negócio nos bairros aos *shoppings*, perderam faturamento e, para manter o negócio funcionando, passaram a utilizar mais a logística dos serviços de entrega rápida de pequenas encomendas, tanto dos serviços de empresas com aplicativos como de formas mais

artesanais, ganharam fôlego, mas não terão desempenho normal no curto ou médio prazo, devido ao afastamento de seus clientes e consumidores.

Comércio atacadista. O setor de distribuição em Alagoas, que não teve nenhuma limitação neste período, possui uma estrutura moderna e eficiente, capaz de atender à demanda dos milhares pontos de vendas do varejo em todas as localidades, concorrer com as empresas de outros estados e ampliar sua atuação nos estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe. A Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas (Acadeal) representa o núcleo mais dinâmico da economia alagoana, na medida em que as 100 empresas associadas cobrem todo o Estado, mantendo uma relação de interesse mútuo (fornecimento, financiamento) com os milhares pontos de vendas do varejo (mercados, supermercados, mercadinhos, lojas de departamento, armazéns, farmácias, açougues, padarias, bares e restaurantes, etc.) apresentando um elevado crescimento nas duas últimas décadas, com investimentos na rede logística (transporte, centros de distribuição).

No Relatório mais recente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), com o *Ranking* anual para 2020 das maiores empresas por estado, metade (50) das empresas alagoanas declararam o faturamento: seis distribuidoras tiveram uma receita entre 100 milhões e 600 milhões de reais, sete entre 50 e 100 milhões, 21 empresas entre 12 e 50 milhões e 26 valores menores que 12 milhões. Em 2019, apresentaram um faturamento de 3,12 bilhões de reais. Uma variação de 12,5% em relação ao ano anterior, quando estas empresas faturaram R\$ 2,8 bilhões²⁴. É importante observar, neste levantamento, como metade das distribuidoras associadas não apresentaram os seus números, por ser voluntária a informação da empresa. Desta forma, o valor publicado representa uma parte desse faturamento, aproximadamente 70% do total; o valor real de faturamento anual (2019) poderia ultrapassar os R\$ 4 bilhões. Esse setor, segundo a Sefaz, teve suas vendas aumentadas em 5,28% no mês de maio.

O turismo. O turismo deixou de ser caracterizado como um setor “potencial” e de “futuro”, como era nos anos 1980/1990, ao dar um salto extraordinário de crescimento entre os anos 2006-2013, aumentando em mais um milhão de passageiros no Aeroporto Zumbi dos Palmares, quase duplicando a rede hoteleira para atender o fluxo crescente de visitantes, combinando a ampliação da rede tradicional de hotéis,

²⁴ ABAD (2020)

alguns deles pertencentes a cadeias nacionais, com as pousadas de charme, típicas da região. Neste crescimento, o setor se firmou como uma cadeia responsável por 10% do PIB estadual. Com a crise dos anos 2015-2016 e os anos de crescimento lento (2017-2019), os investimentos realizados em anos anteriores amadureceram e a oferta hoteleira foi ampliada em 50%, mas a resposta na demanda não teve o mesmo ritmo dos anos anteriores e o setor ficou estacionado.

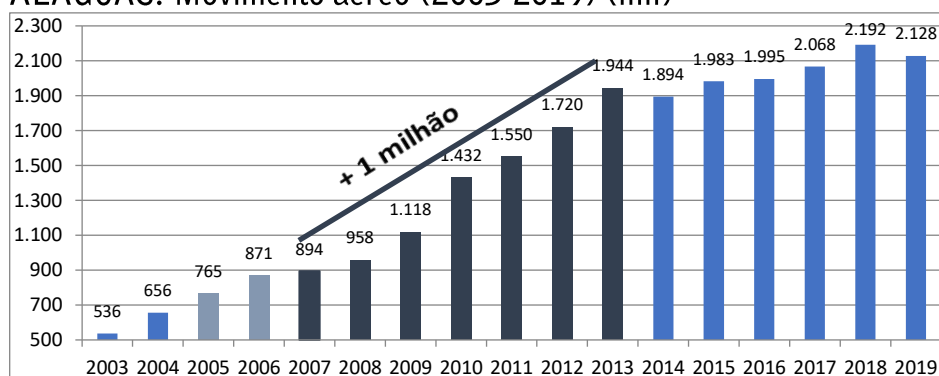
ALAGOAS: Rede hoteleira (2008-2018)

ANO	MEIOS DE HOSPEDAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
2008	107	5.415	13.849
2013	210	8.640	20.955
2018	312	13.162	31.216

Fonte: Embratur (2020).

Nestes últimos seis anos, refletindo a economia nacional, o setor não conseguiu se aproximar do desempenho médio de outros estados maiores (BA, CE e PE), assistindo ao crescimento das demais unidades da região com as quais disputa o mercado nacional, na oferta do mesmo produto (praia, sol, etc.).

ALAGOAS: Movimento aéreo (2003-2019) (mil)



Fonte: Infraero (2020).

O relatório do BNB sobre o movimento turístico regional nos três primeiros meses deste ano já detecta uma expressiva redução de passageiros, influenciada, principalmente, pelo mês de março. Os meses de abril, maio e junho são considerados “perdidos” pelo setor. Com a reabertura, os problemas do setor não terão mais relação

com o isolamento social e os decretos emergenciais, mas com a demanda turística, afetadas pela esperada queda de demanda por viagens de lazer ou de trabalho. A esta redução da demanda, se soma à crise de renda nas famílias de classe média, provocando os cortes diretos nas despesas menos importantes, como viagens e lazer. O problema se amplia com a concorrência agressiva das outras regiões, no período pós-pandemia, podendo influenciar a recuperação desse segmento.

NORDESTE: movimento aéreo (jan./mar. - 2020)

Estados/Região	EMBARQUES			DESEMBARQUES		
	1º tri. de 2019	1º tri. de 2020	Var (%)	1º tri. de 2019	1º tri. de 2020	Var (%)
ALAGOAS	313.448	299.310	-4,5%	297.533	273.159	-8,2%
Bahia	1.477.817	1.414.224	4,3%	1.413.521	1.323.171	-6,4%
Ceará	1.047.728	906.985	13,4%	1.000.561	-861.983	-13,9%
Maranhão	242.451	222.195	-8,4%	231.590	207.035	-10,6%
Paraíba	229.892	196.267	-14,6%	216.652	185.865	-14,2%
Pernambuco	1.264.896	1.175.715	-7,1%	1.222.717	1.137.630	-7,0%
Piauí	154.052	138.668	10,0%	145.253	132.735	-8,6%
Rio Gr. Norte	340.306	321.255	-5,6%	319.223	294.570	-7,7%
Sergipe	155.872	143.991	-7,6%	146.863	132.745	-9,6%
Nordeste	5.226.462	4.818.610	-7,8%	4.993.913	4.548.893	-8,9%

Fonte: BNB/ETENE (2020).

O turismo nordestino, já afetado pela questão do derramamento do óleo em suas praias no ano de 2019, foi penalizado pela epidemia que, no âmbito nacional, fez recuar todas as atividades neste setor. Os 26 voos diários que chegam ao Aeroporto Zumbi dos Palmares e garantem o público do Sul e Sudeste, regiões responsáveis por 80% da demanda nordestina, foram reduzidos, desde abril, para apenas dois voos diários para São Paulo.

No entanto, o setor apresenta algumas vantagens competitivas: o destino turístico Alagoas é muito conhecido e consolidado; a sua infraestrutura (hotéis, restaurantes, agências) de relativa qualidade garante sua retomada em bases sólidas; o mercado regional representa 20% da demanda turística, facilitando sua mobilização e ampliação; as linhas de crédito existentes, como as do BNDES e o FNE (BNB), tendem a ser acionadas com a perspectiva do retorno gradual entre os meses de agosto a outubro, garantindo uma retomada mais forte

nos meses de alta estação (novembro/fevereiro). Nesse futuro próximo, o crescimento dependerá dos investimentos na área ambiental (seja no litoral, zona da mata, sertão ou margem do São Francisco), na infraestrutura (energia e saneamento, principalmente) e diversificação do produto (a exemplo de Piranhas, Serra da Barriga, turismo ecológico, etc.).

Indústria. O impacto econômico está centrado na rede comercial. Diferentemente das limitações para os não-essenciais comerciais e de serviços, as atividades do setor industrial e da construção civil foram flexibilizadas no decreto estadual, ainda em março, respeitando apenas os limites determinados pela saúde pública. A participação da indústria na economia alagoana é relativamente pequena, 12,5%, e vem caindo desde há uma década (em 2012 representava 22% do PIB estadual); bem distante do setor de serviços (incluindo a administração), que representa 70% das atividades econômicas no estado.

A perda recente de várias unidades industriais no setor sucroalcooleiro (Cachoeira, Capricho, Guaxuma, Laginha, Penedo, Porto Alegre, Roçadinho, Sinimbú e Triunfo), da fábrica da Pedra e outras unidades menores não foi compensada pela abertura novas empresas, apesar da implantação de uma unidade de PVC da Braskem, de algumas fábricas no ramo químico-plástico, de outras unidades nos polos industriais de Maceió e Marechal Deodoro e do laticínio sergipano Natville, que reativou a antiga fábrica de achocolatados da Pepsico em União dos Palmares. Essa redução de unidades industriais, reflete-se na queda de participação do PIB estadual, no consumo de energia elétrica do setor industrial e no número de trabalhadores. O grande número de empresas industriais apresentado pela Junta Comercial e Receita Federal refere-se às milhares de microempresas (e mesmo MEI's), de caráter familiar, registradas como unidades industriais de porte reduzido, localizadas em pequenas instalações.

Neste conjunto industrial, dois grandes segmentos apresentam, particularmente, neste momento, situações especiais: o químico estava com sua principal empresa, a Braskem, maior fábrica instalada no Estado, com sua unidade produtora de soda-cloro do Trapiche desativada desde maio do ano passado, em decorrência dos problemas nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, influenciando fortemente o desempenho da cadeia químico-plástico; e a agroindústria canavieira, com suas 15 usinas e destilarias, encerrou sua safra 2019/2020 em março, antes do decreto estadual. Essas indústrias maiores (assim como a Sococo) têm uma característica comum: dependem mais do mercado nacional/internacional que do mercado local/regional.

A indústria alimentar e de bebidas continua funcionando, assim como as pequenas empresas de móveis, vestuário, de material de limpeza, e as fábricas de setores diversos, vinculadas ao mercado regional, dependentes da renda social e pública (auxílio emergencial, previdência, funcionalismo), a exemplo das unidades localizadas nos distritos industriais do Tabuleiro do Martins e de Marechal Deodoro. No entanto, todas as empresas estão sendo afetadas por dois problemas. O primeiro deles é, sem dúvida, a queda no consumo. A retração nas vendas, com a conseqüente diminuição da receita, vem afetando quase todas as fábricas. O segundo são as dificuldades dessas indústrias com seus fornecedores e com a logística da distribuição que também foram afetados pela crise da pandemia.

A construção civil, que conheceu um longo período de crescimento entre 2004 e 2014, atravessa anos acumulados de dificuldades. Desde 2015, foram reduzidos os recursos para a construção de habitações populares, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, diminuindo também o ritmo das obras públicas espalhadas pelos municípios; e, ao mesmo tempo, o setor atravessou um período difícil, com dois anos de recessão seguidos de mais três anos de crescimento baixo, entre os anos 2015-2019, penalizando as compras da classe média, que perdeu renda nestes anos.

No entanto, o setor apresentava um processo de leve recuperação desde o último trimestre de 2019, principalmente na área de reformas, consertos e ampliação de imóveis, tocado pela autoconstrução; e levantamento de novos empreendimentos. Com a epidemia, essa recuperação foi interrompida com a queda na demanda, aumento na inadimplência de clientes, dificuldades de acesso a recursos para capital de giro e financiamento de longo prazo, segundo o boletim “Sondagem Indústria de Construção de Alagoas” (abril/2020)²⁵. A construção, desta forma, amplia suas expectativas em relação ao sistema financeiro federal, principalmente da CEF, de onde vem tradicionalmente recursos para financiar suas novas obras ou ampliar seus empréstimos para aquisição de imóveis.

Agricultura. A agricultura sofre menos com a pandemia por ter características particulares na sua produção e comercialização, que a distingue dos demais setores econômicos centrados nas áreas urbanas, a exemplo do comércio, serviços e indústria. Diferentemente das cidades, o afastamento natural de sua população em relação aos aglomerados e cidades, protege de forma direta do contágio, tornando quase

²⁵ FIEA (2020)

desnecessário o isolamento social. Segundo, a comercialização agrícola é feita distante do espaço de produção, seus produtos vão para as feiras livres e outros canais de comercialização nas cidades ou para as agroindústrias próximas. As perdas da agricultura estão relacionadas à queda da demanda e dificuldades na comercialização.

Com um ano de chuvas regulares, Alagoas busca superar o período de seca que afetou todo o Nordeste entre 2012-2016, penalizando a agricultura e pecuária, principalmente no Agreste e Sertão. Os dados de chuvas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) para os meses de janeiro/março, mesmo antes da “quadra invernososa”, foram positivos, acima dos valores médios históricos, ampliando o volume de chuvas nos meses de abril/junho, garantindo uma safra acima das médias dos anos pós-seca²⁶. O mesmo está acontecendo na pecuária, onde mais chuva significa mais pastos, mais água (nos açudes, barreiros e cisternas) e alimentos (forragens) para 1,2 milhão de bovinos e 370 mil ovinos e caprinos concentrados no Agreste e Sertão.

Os próximos meses, segundo as previsões do levantamento mensal do IBGE, serão de uma produção maior que a do ano passado. A Conab, responsável pelo levantamento trimestral da produção do setor sucroalcooleiro por meio do boletim semestral “Acompanhamento da safra brasileira – cana-de-açúcar” (maio/2020), prevê, para safra 2020/2021, uma produção de 17,6 milhões e toneladas de cana-de-açúcar, um aumento de 1% em relação à safra passada, com mais 18,5% na produção de açúcar e -22,5% de etanol²⁷.

No tocante ao “Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)”, realizado pelo IBGE, em maio deste ano, as expectativas para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho e soja) são bem positivas, registrando um crescimento da área plantada em 75% e 9,9% da produção em relação à safra de 2019. No entanto, importa registrar, Alagoas é o Estado nordestino de menor área plantada com esses produtos e a segunda menor produção, superando apenas o Rio Grande do Norte²⁸.

Uma novidade está acontecendo na agricultura alagoana, mais precisamente no agronegócio. Este ano, as exportações dos cinco primeiros meses (janeiro/maio) revelam que, ao lado das tradicionais vendas externas de açúcar, responsável por 88% do movimento exportador, o mesmo índice de 2019, surgem as novas presenças de soja, com US\$ 7,9 milhões (3,6% do total exportado), milho, com US\$ 4,5 milhões

²⁶ SEMARH (2020)

²⁷ CONAB (2020)

²⁸ IBGE (2020c).

(2,1%) e fumo, com US\$ 2,8 milhões (1,3% do total). As exportações alagoanas, em declínio desde 2011, quando vendeu para o exterior US\$1,3 bilhão, alcançando somente US\$ 319 milhões em 2019, terá um ano de melhor desempenho e apresentará, pela primeira vez, uma pauta com 7% de exportações de outros produtos do agronegócio, que não os derivados da cana-de-açúcar²⁹.

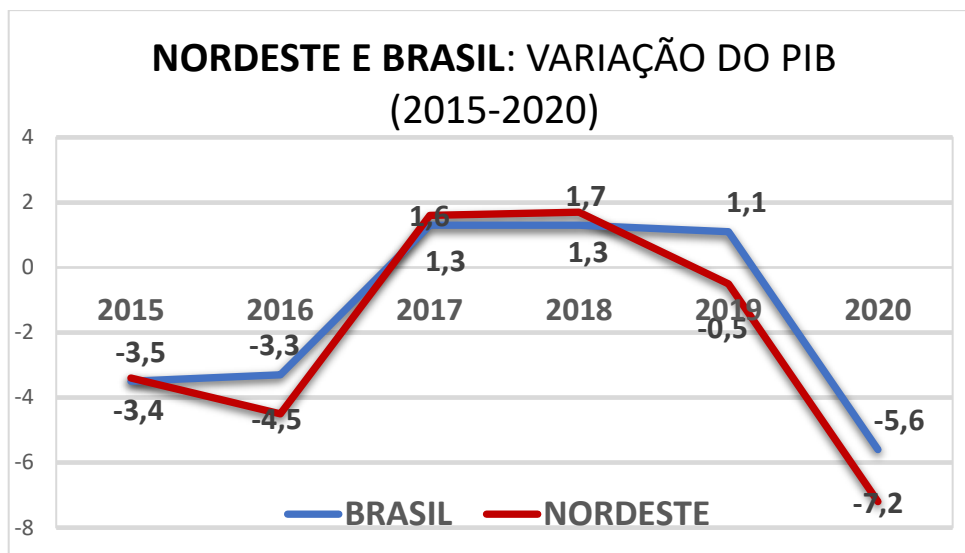
A reabertura e a perspectiva para o segundo semestre

Para este ano, estava previsto crescimento do PIB da economia brasileira de 2,5%, mas, meses antes da pandemia, esse número sofria quedas de expectativas: 2,3% em janeiro, 2,2% em fevereiro e 1,5% em março. A chegada do vírus fez essa previsão de crescimento modesto cair para taxas negativas: -2,9 em abril, -4,11 em maio e -6,25%, em junho (01/06), segundo o Boletim Focus do Banco Central³⁰. A economia brasileira reflete o elevado grau de incerteza, o tom dominante no plano internacional atual. A variação regional do PIB no Nordeste, dada à forte integração das economias regionais com a economia nacional, provavelmente apresentará um resultado próximo ao do PIB do país. O “Boletim Regional” do Banco Central (abril/2020), conhecido como uma prévia segura do PIB, anunciava que “a atividade econômica do Nordeste tende a passar por período de retração”³¹. O BNB publicou, uma primeira semana de junho, uma previsão para 2020, o anúncio da contração anual da economia nordestina de -7,2% em seu produto interno bruto, depois de um ano negativo (2019), quando obteve -0,5 de crescimento. A variação negativa do PIB regional decorrerá, principalmente, do desempenho do setor industrial (-8,6%) e serviços (-7,6%), amenizado pela agropecuária (+1,3%). As economias estaduais deverão acompanhar, de forma um pouco desigual, esses resultados nacionais e regionais.

²⁹ MDIC (2020)

³⁰ BCB (2020a)

³¹ BCB (2020b)



Fonte: BNB (2020).

O primeiro trimestre do ano, de janeiro a março, foi positivo para a economia alagoana, mas de crescimento baixo. Esperava-se, neste segundo trimestre – abril, maio e junho – condições econômicas mais difíceis que o período anterior. Nestes meses, o cenário de ampliação dos números da pandemia (30 mil infectados e 900 mortos, em 23 de junho), numa conjuntura de isolamento social e bloqueio de muitas atividades, retraiu a população e fechou mais ainda a economia. O comércio e serviços ficaram mais fragilizados com o isolamento social, mesmo com os recursos do auxílio emergencial e das linhas de crédito especiais lançadas nos meses de abril e maio, afetando assim a indústria. Mesmo com as medidas de proteção e financiamento, a queda de renda e o desemprego serão sentidos com intensidade, penalizando ainda mais a economia neste final de 1º semestre. Terminando esse período, a economia estará mais abalada, necessitando da manutenção desses mecanismos.

Caso se confirmem as informações da baixa na curva epidêmica e da volta gradual das atividades econômicas, teremos um terceiro trimestre, de julho a setembro, menos ruim, mas ainda negativo para as atividades econômicas. O quarto trimestre, com um elevado grau de incertezas, é o esperado para os sinais concretos de recuperação: o setor turístico já estará dando sinais de reativação, a construção civil terá aceleração pelas encomendas de final de ano, a safra da cana de açúcar terá início em setembro, e o comércio estará pensando nas vendas de Natal.

Em Alagoas, pelas dificuldades setoriais na própria economia estadual e pelos vínculos cada vez mais estreitos com a economia brasileira e nordestina, teremos uma taxa negativa refletindo o desempenho nacional, afetando a economia estadual que

estava apresentando sinais de recuperação e vinha obtendo resultados favoráveis desde 2017 (+3,3%), 2018 (+1,5), com previsão de crescimento de +2,4% em 2019³². Isso significa mais empresas fechadas ou em recuperação judicial, mais desemprego no mercado de trabalho já limitado, mais inadimplência e menor arrecadação de impostos tanto das prefeituras como do Estado. No sentido mais amplo, mais pobreza e mais desigualdade.

A retomada. A expectativa da economia para o segundo semestre vai depender da velocidade da passagem e controle da epidemia do coronavírus, da reabertura gradual da economia e dos resultados dos protocolos setoriais. Se confirmadas as previsões do setor de saúde, de que junho será o mês mais difícil, de maior número de infectados, o processo de retomada começará, efetivamente, em julho. Caso essas previsões não se confirmem, a economia irá continuar nesse ritmo atual ou até mesmo reduzir ainda mais suas atividades. Se o quadro da pandemia for controlado, passar rápido, a economia sairá com perdas, mas sofrerá menos. Dentro dessas possibilidades econômicas, o debate sobre a retomada está ocorrendo.

Na última semana de maio foi dado o primeiro passo no sentido de reabertura da economia, quando o governo estadual criou um Grupo de Trabalho, composto por três secretários de estado (Fazenda, Desenvolvimento e Gabinete Civil), que enviou para a representação empresarial, da indústria, comércio e serviços um documento “Propostas para protocolos de retomada”³³ em forma de minuta para as bases do acordo. A proposta apresentada foi o primeiro passo no processo de negociação. Para a retomada são necessárias várias etapas. A primeira delas, é começar um diálogo entre o Estado e o setor empresarial com a apresentação de propostas; o segundo passo é a construção, aprovação e apresentação do plano de retomada com as linhas gerais, os protocolos setoriais e, principalmente, um calendário de reabertura. O terceiro é o da implementação gradual desse plano. O processo está no segundo passo, com a proposta negociada e aprovada, com de fases e protocolos, mas ainda sem calendário.

A reabertura das atividades econômicas em pleno crescimento da curva epidêmica seria contraproducente, no sentido da saúde pública, segundo os infectologistas/epidemiologistas, porque aumentaria ainda mais a possibilidade do contágio, e, segundo, porque os consumidores e clientes estão assustados diante do noticiário. A volta dessas atividades deve ser um processo seguro, negociado com o

³² SEPLAG (2020)

³³ Agencia Alagoas (2020)

Estado, prefeituras e orientado pelo setor da saúde pública. A decisão de fechar os serviços não essenciais para se obter o isolamento social foi repentina, mas, sua volta será programada, escalonada, uma transição; não podendo ocorrer a situação extrema de retomar as atividades e voltar a fechar.

As entidades empresariais, como a Fecomércio, a Acadeal, representantes dos *shoppings*, a Federação das Indústrias, a Associação dos Hotéis (ABIH) e da Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel) assim como o Estado, nas três reuniões públicas acontecidas, reconhecem a necessidade de sinalizar não somente para empresários, mas para a sociedade o quanto esse processo deve ocorrer dentro de um calendário aprovado por todos, com a mais absoluta organização; permitindo as empresas realizarem seu planejamento de volta em sintonia com as definições desse planejamento público.

Esse debate é uma necessidade para toda a economia alagoana, particularmente para alguns setores não contemplados na lista de segmentos flexibilizados nos decretos que prorrogaram o isolamento social, e continuam sofrendo perdas de faturamento. São segmentos com uma maioria composta de micro e pequenas empresas que precisam, depois de 100 dias com seus estabelecimentos fechados ou funcionando em ritmo menor, terem claro quais as regras gerais, etapas e protocolos serão adotados nesse processo de retomada. Esses protocolos de higiene e distanciamento social darão garantias à reabertura de toda a rede comercial varejista e da rede hoteleira-gastronômica, após a vigência do decreto emergencial de isolamento. A partir desse calendário, vamos entrar numa nova agenda, o debate sobre a necessidade de apoio aos segmentos mais afetados pelo isolamento social: turismo, comércio varejista e construção civil.

O atraso nessa discussão pode ser explicado por duas razões: a máquina pública estadual esteve, desde a metade do mês de março, concentrada na frente sanitária, tratando tanto de sensibilizar e mobilizar a população para o isolamento social, como levantando recursos financeiros e humanos que permitissem respostas urgentes para a rede hospitalar, como forma de enfrentar a epidemia e evitar o colapso do sistema de saúde em Alagoas. Por outro lado, a representação empresarial trabalhou timidamente, sem apresentar sugestões, propostas alternativas para serem discutidas com seus filiados e encaminhadas ao poder executivo. Somente três meses depois do primeiro decreto, o Estado está apresentando uma proposta de retomada da economia,

com regras gerais, fases e protocolos particulares para cada segmento³⁴. O processo deve avançar na elaboração de um calendário, mas sua execução vai depender da evolução do número de casos da epidemia.

As mudanças futuras. O drama do coronavírus expôs de forma clara o quanto a sociedade alagoana é, no sentido econômico e social, pobre e desigual. Uma sociedade precocemente urbanizada (80% da população vivem em áreas urbanizadas), que está envelhecendo (380 mil alagoanos têm 60 anos ou mais, significando 12% da população), resultado da queda na mortalidade infantil, que retrocedeu de 37,7 casos por mil nascidos, em 2000, para 17,7 casos, em 2018; e do aumento de expectativa de vida média que saiu de 64,3 anos em 2000 para 72,3 anos em 2018. Uma sociedade sobre a qual a pandemia e a crise econômica acentuarão suas características de pobreza e desigualdade.

O período pós-epidemia trará reflexões sobre esse fenômeno e, provavelmente, haverá mais cobranças no enfrentamento dos déficits sociais, do desemprego e da falta de oportunidade, e da necessidade de ampliação das políticas públicas. Essa talvez seja uma das principais questões a ser colocada na pauta política e econômica ainda no segundo semestre deste ano.

No curto prazo, no próximo semestre, a “aparente normalidade” da economia para ser mantida demandará a prorrogação das medidas emergenciais, principalmente do Auxílio Emergencial e do Programa de Manutenção do Emprego. A necessidade de que esse auxílio fosse mantido por seis meses já estava contemplado no documento “Evitando a Pandemia da Pobreza: Possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em Resposta à Covid-19”, uma nota técnica do IPEA, servindo de base para a tomada de decisão do Auxílio Emergencial, elaborada ainda em março, quando foi solicitada pelo Ministério da Economia³⁵. Por sua vez, o Programa de Manutenção do Emprego deverá ser prorrogado por mais 90 dias, num processo que está sendo negociado no Congresso Nacional³⁶. No médio prazo – os anos próximos – será mais exigida a intervenção das políticas públicas permanentes na área social, dos programas de desenvolvimento e dos investimentos em infraestrutura urbana.

As experiências exitosas de intervenção pública apontam para essa possibilidade de futuro. Nos estados nordestinos, duas grandes e conectadas políticas públicas atuam com

³⁴ DOEAL (15/06/2020)

³⁵ IPEA (2020)

³⁶ SENADO (16/06)

destaque na vida social e econômica regional: o Sistema Único de Saúde (SUS), um sistema que se caracteriza pela universalidade de acesso e a gratuidade do atendimento, e a educação pública, nos seus três níveis governamentais (municipal, estadual e federal). Em cada um dos estados, esse sistema público apresenta números expressivos. Em Alagoas, o SUS, com seus postos de saúde, hospitais e, principalmente, o Programa de Saúde da Família (PSF), um dos seus braços, com seu exército de 5.900 agentes comunitários de saúde, em 900 equipes, assiste a 2,5 milhões de alagoanos, 76% da população, os mais pobres. A renda baixa da população faz com que somente uma pequena parcela da população, 365 mil pessoas, 11% dos 3,3 milhões de alagoanos, tenham acesso aos planos privados de assistência médica³⁷.

A rede de ensino básico – estadual e municipal, com quase um milhão de alunos inscritos, responde, ainda de forma limitada, pela oferta de educação pública num Estado conhecido pelos históricos indicadores sociais negativos. Os efeitos positivos das políticas públicas permanentes de educação – com seus limites e distorções – nestas duas últimas décadas, modificou o perfil escolar do eleitorado alagoano (2,2 milhões de cidadãos). Entre os anos 2000-2020, o número de eleitores analfabetos caiu de 52% para 24,5%, os com ensino fundamental estacionou em 31%, os com nível médio saltou de 14% para 34,5% e com ensino superior triplicou de 3% para 10%. Isso significa que 44,5% do eleitorado alagoano têm nível médio ou superior. Nos anos recentes, a expansão do ensino superior fez a região Nordeste superar o Sul do Brasil em número de matrículas (1,8 milhão no Nordeste; 1,4 milhão no Sul). Alagoas acompanha essa expansão universitária com 106 mil alunos matriculados³⁸.

A esse sistema de saúde e educação pública, responsável pelas melhorias na área social, somam-se os programas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), ou a cobertura previdenciária, principalmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaram a fazer parte da vida da maioria dos alagoanos. Numa região subdesenvolvida, a mais atrasada do país, os programas de criação de infraestrutura social, como saneamento, habitação e a universalização do acesso à energia elétrica, aliados aos programas de desenvolvimento econômico, como o microcrédito produtivo urbano e rural, o crédito agrícola, as compras públicas da agricultura familiar, têm gerado impactos

³⁷ ANS (2020)

³⁸ MEC/INEP (2020)

sociais positivos reconhecidos por inúmeros estudos acadêmicos e pelos organismos internacionais.

Esses investimentos e outras políticas também mudaram paisagem social e ambiental alagoana. No ano 2000, na tipologia do PNUD/ONU de desenvolvimento humano municipal, o IDH-M (combinação de renda, mais educação e expectativa de vida), dos 102 municípios alagoanos, 98 eram considerados de “muito baixo desenvolvimento” e apenas quatro localidades (Maceió, Satuba, Rio Largo e São Miguel dos Campos) tinham o perfil de “baixo desenvolvimento”. No ano 2010, apenas duas localidades (Olivença e Inhapi) continuavam com “muito baixo” e 86 tinham avançado para “baixo” e outras 13 para “médio desenvolvimento”. Maceió, a capital, foi para “alto desenvolvimento”. Os resultados do Censo de 2020 deverão mostrar outra realidade ainda mais positiva, quando, devido a manutenção dessas políticas públicas, todos os municípios de Alagoas deverão apresentar o status de “médio” ou “alto desenvolvimento humano”.

No plano ambiental, Alagoas, marcada pela devastação dos seus dois maiores biomas, a Mata Atlântica (com 90% de desmatamento) e da Caatinga (com 80%), vem obtendo, em anos recentes, resultados surpreendentes na queda do desflorestamento, obtidos pelas políticas federais/estaduais de controle e pela educação ambiental, chegando, em 2019, ao sonhado “desmatamento zero” (menos de 100 hectares derrubados), segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, que monitora os recursos florestais brasileiros desde 1985³⁹.

Essas mudanças sociais e econômicas permitiram, nos anos recente de seca no Nordeste (2011-2016), considerada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) como uma das mais severas da história, que a população do semiárido (sertão e agreste) atravessasse esse período com relativa tranquilidade, sem notícias ou registros de situações passadas, como a migração, saques, invasões de cidades e perdas de vidas, comuns até os anos 1990. O investimento em políticas públicas, pela melhoria da escolaridade, das condições sanitárias e habitacionais e pelo aumento da produtividade na economia, resulta, comprovadamente, em desenvolvimento econômico, diminuição das desigualdades sociais e melhorias ambientais. Sem conhecer o papel dessas políticas seria impossível compreender a vida cotidiana de quase todos os nordestinos, especialmente dos alagoanos.

³⁹ Fundação SOS Mata Atlântica (2020)

Os meses de epidemia estão mostrando que a maioria absoluta da população alagoana, assim como a nordestina, neste momento, pôde contar com a rede de postos e hospitais do serviço de saúde público – o SUS; e, no caso de apoio a sua sobrevivência e cobertura de suas despesas básicas, conta com os programas sociais federais operacionalizados pela rede financeira federal. Da mesma forma, as medidas nacionais de apoio às empresas, principalmente as MPE's e MEI's, foram sustentadas por bancos públicos, como a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES e BNB, que ficaram muito mais presentes neste momento. Provavelmente no período pós-epidemia, ocorra um maior debate de como se deve enfrentar a pobreza e a desigualdade, fortalecendo os mecanismos públicos, ao tempo em que se trabalha o processo de retomada econômica, com políticas e programas capazes de fortalecer a base produtiva regional.

Notas

1. CARVALHO, C.P. “Alagoas: 2000-2018”. In *Revista Conjuntura Econômica*, BNB (ed. especial, 2019);
2. Diário Oficial do Estado de Alagoas. n.1287 (20/03/2020). Imprensa Oficial Graciliano Ramos;
3. Boletim SESAU-Convid-19. n. 102. 15/06/2020;
4. Prefeitura Municipal de Maceió (PMM). Diário Oficial do Município (DOM) (23/04/2020);
5. Ministério da Cidadania. (2020);
6. IBGE. Síntese de Informações Sociais (SIS) (2019);
7. BNB/ Banco do Nordeste do Brasil (2020)
8. Ministério da Cidadania (2020);
9. Senado (20/04/2020)
10. DIEESE/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020);
11. DIEESE/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020);
12. Ministério do Trabalho/Sec. do Trabalho (2020);
13. BNDES/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020);
14. Febraban. Federação Brasileira dos Bancos (06/04/2020);
15. Receita Federal (03/04/2020);
16. Agência Alagoas (2020);
17. SUDENE/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2020b);
18. IPEA/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020);
19. CONFAZ (2020)
20. SEBRAE (2020);
21. EPE/Empresa de Pesquisa Energética (2020);
22. SEFAZ/Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (2020a);
23. SEFAZ/Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (2020b);
24. ABAD/ Associação Brasileira de Distribuidores (2020);

25. FIEA (2020)
26. SEMARH/Secretaria Estadual do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (2020);
27. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento (2020);
28. IBGE (2020c);
29. MDIC/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2020);
30. BCB/Banco Central do Brasil (2020b);
31. BCB/Banco Central do Brasil (2020b);
32. SEPLAG (2020)
33. Agência Alagoas (2020);
34. DOEAL (15/06/2020)
35. IPEA (2020)
36. SENADO (16/06/2020)
37. ANS/Agência Nacional da Saúde Suplementar (2020)
38. MEC/INEP (2020)
39. Fundação Mata Atlântica (2020)

ALAGOAS: POPULAÇÃO/INFECTADOS POR MUNICÍPIO (junho/2020)

	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INFECTADOS
1	Maceió	1.018.948	12.978
2	Arapiraca	231.747	1.771
3	Rio Largo	75.120	526
4	Palmeira dos Índios	73.218	265
6	União dos Palmares	65.611	357
5	Penedo	63.683	135
7	São Miguel dos Campos	61.251	503
8	Campo Alegre	57.063	256
9	Coruripe	56.933	434
10	Delmiro Gouveia	52.016	69
11	Marechal Deodoro	51.901	1.049
12	Santana do Ipanema	47.654	170
----	SUBTOTAL	1.855.145 (55,6%)	19.592 (67%)
----	OUTROS 90 MUNICÍPIOS	1.482.212 (44,4%)	9.713 (33%)
----	TOTAL ALAGOAS	3.337.357	29.305

Fonte: SESAU (Boletim n.104, 18/06)

ALAGOAS – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto - 2010-2017

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alagoas								
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	12,0	10,6	9,5	10,4	11,1	11,5	15,1	17,8
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	9,5	10,3	9,1	9,0	8,9	9,1	12,3	14,6
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	1,2	1,0	1,2	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	1,3	-0,7	-0,9	0,1	1,0	1,1	1,6	2,0
Indústria	19,3	22,8	20,0	17,6	16,0	15,2	12,4	12,6
Indústrias extrativas	1,7	2,0	2,3	2,2	1,0	0,6	0,2	0,3
Indústrias de transformação	8,2	11,3	8,8	6,9	6,7	7,9	5,5	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,2	2,0	2,1	1,6	1,6	1,7	1,5	2,1
Construção	7,2	7,4	6,9	6,9	6,6	5,0	5,1	4,4
Serviços	68,7	66,6	70,5	72,1	73,0	73,3	72,5	69,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,8	14,6	16,2	15,1	15,8	17,3	14,1	12,0
Transporte, armazenagem e correio	2,8	2,7	2,7	3,1	3,1	3,4	3,5	3,2
Alojamento e alimentação	2,4	2,6	2,9	3,0	2,7	2,7	2,8	3,3
Informação e comunicação	1,9	1,4	1,2	1,5	1,5	1,3	1,3	1,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,5	2,3	2,5	2,6	2,8	2,8	3,1	3,3
Atividades imobiliárias	8,4	7,3	8,9	9,1	10,3	10,2	10,4	9,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	4,0	4,1	4,2	4,5	4,5	4,7	5,0	5,4
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	27,2	26,1	25,9	27,8	26,8	25,2	26,6	25,9
Educação e saúde privadas	3,0	3,0	3,2	2,4	2,9	2,9	2,8	2,9
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,2	1,1
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,6	1,7	1,5	1,5	1,8	1,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.